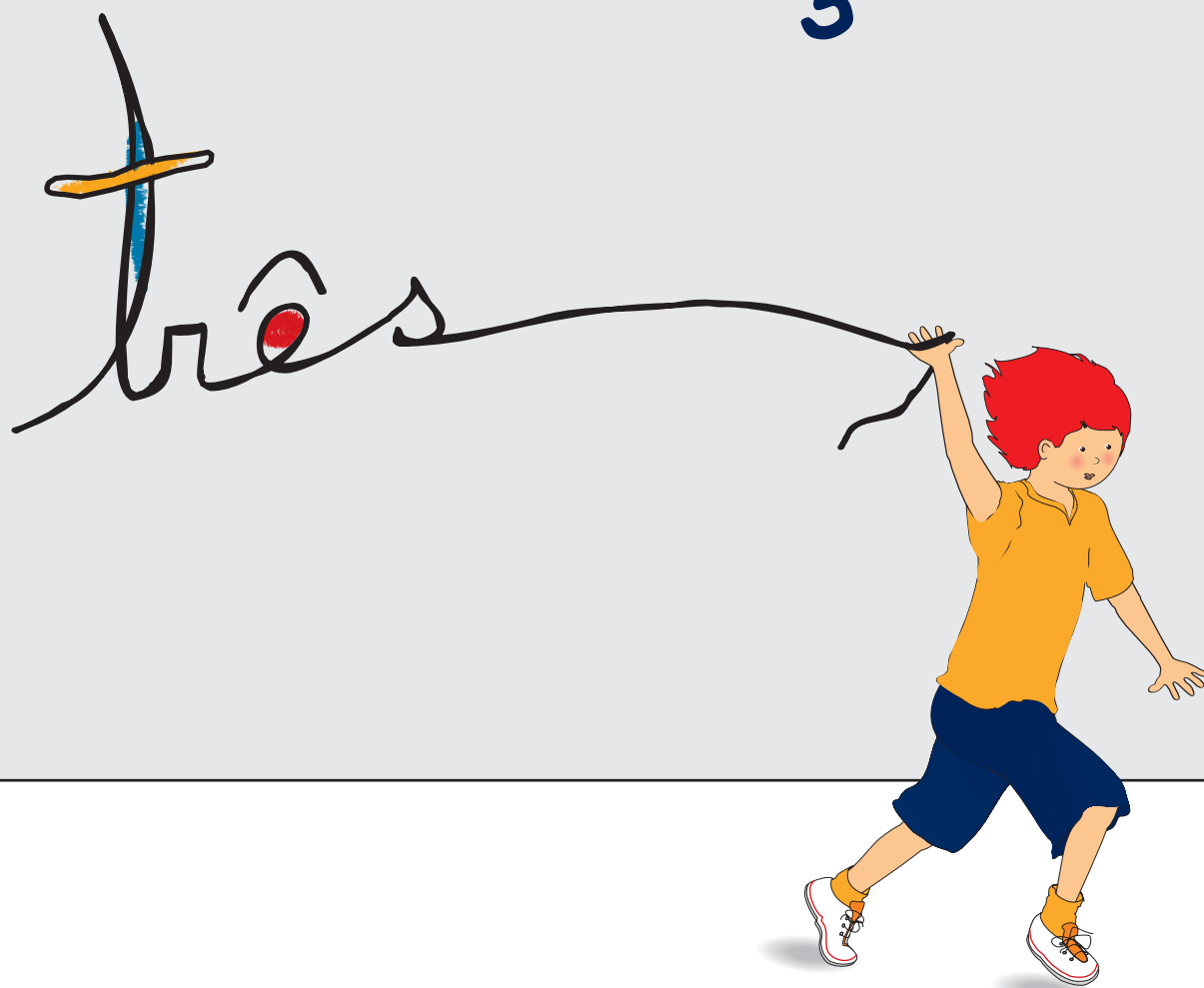


FORMAÇÃO DE PESSOAL NÃO DOCENTE
animadores e auxiliares/assistentes de acção educativa

pensar formação





Título

Formação de Pessoal não Docente
Animadores e Auxiliares de Acção Educativa

Editor

Ministério da Educação
Departamento da Educação Básica
Núcleo de Educação Pré-Escolar
Av. 24 de Julho, 140 - 1399-029 Lisboa

Director do Departamento da Educação Básica

Vasco Alves

Coordenação

Paula Aguiar

Grupo de Trabalho

Maria Odete

Teresa Cabral

Com a colaboração de

Carlos Silva

Helena Martinho

Pedro Gorjão

Helena Figueiredo

Isabel Correia

Madalena Pereira

Maria João Durão

Rosa Grilo

Rute Saboga

Ilustração e Concepção Gráfica

Cecília Guimarães

Dezembro de 2003

Integram-se fotografias e desenhos realizados nos jardins de infância e instituições que, amavelmente, se disponibilizaram a colaborar com o Núcleo de Educação Pré-Escolar do Departamento da Educação Básica: Associação de Educação e Promoção Social de Santos-o-Velho (APROS); Centro de Acolhimento Infantil de S. José, da SCML; Jardim de Infância de Marco Cabaço; Ludoteca Girassol - Torres Vedras; NESTLÉ; MOVE - Atelier de Psicomotricidade.

Formação de Pessoal não Docente

Animadores e Auxiliares/Assistentes de Acção Educativa

5

Introdução

8

Natureza das Actividades

10

Motivação/Justificação

11

Objectivos Gerais

12

Metodologia/Conteúdos

15

Organização Geral da Acção

16

Módulo I
As Necessidades da Criança

18

Módulo II
Relações de Cooperação entre os Intervenientes da Comunidade Educativa

20

Módulo III
Educação Promotora de Saúde

23

Módulo IV
Organização e Gestão do Jardim de Infância

25

Módulo IV A

Enquadramento Legislativo dos Auxiliares/Assistentes de Acção Educativa

26

Módulo V

A Importância do Brincar - Actividades Lúdicas

28

Ficha de Avaliação

29

Bibliografia



FORMAÇÃO DE PESSOAL NÃO DOCENTE
ANIMADORES E AUXILIARES /ASSISTENTES DE ACÇÃO EDUCATIVA

Introdução

Enquadramento Geral / Fundamentos

Em 1998, o Departamento da Educação Básica editou o dossier *Pensar Formação I* para apoio à formação de Auxiliares de Acção Educativa, fazendo uma pequena tiragem.

Este projecto de formação enquadrou-se no plano de actividades do DEB, em colaboração com o Departamento de Gestão de Recursos Educativos, em matéria de formação para pessoal não docente a prestar serviço nos jardins de infância e escolas do 1º ciclo. A iniciativa realizou-se em cumprimento do despacho nº 69-I/ME/97 (alínea h, ponto1), que atribuía ao DEB a responsabilidade de *“elaborar programas-tipo de formação contínua de pessoal docente e não docente.”*

A razão de fundo para a realização do projecto situou-se no conjunto de medidas de política educativa em curso, no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar (1996/1998), na convicção de que a qualidade na educação passa pelo envolvimento e pela formação de todos os intervenientes da equipa educativa de cada estabelecimento.

Nesse sentido, tendo em consideração a abrangência das funções e a natureza da acção do pessoal auxiliar de acção educativa, a necessidade de desenvolver e actualizar competências para um melhor desempenho e adequação de funções à realidade actual dos estabelecimentos de educação e ensino e os benefícios resultantes da valorização pessoal e profissional, estruturou-se um plano de formação, em 4 módulos, com a duração total de 42 horas, cujos conteúdos programáticos foram pensados, tendo em vista a valorização do papel do auxiliar de acção educativa, a sensibilização para as necessidades e características da criança e a reflexão sobre qualidade educativa das atitudes e das relações interpessoais dos adultos, no desempenho das suas funções.

Decorrido o processo de avaliação da acção de formação, passou-se à fase de divulgação de materiais, precedida da compilação e reformulação dos materiais utilizados, dando-lhe um tratamento gráfico sugestivo e um formato prático, permitindo a fácil utilização a outras equipas formadoras.



FORMAÇÃO DE PESSOAL NÃO DOCENTE
ANIMADORES E AUXILIARES /ASSISTENTES DE ACÇÃO EDUCATIVA

Numa perspectiva de continuidade, em 2002, o DEB desenvolveu um novo projecto, desta vez orientado para a formação de animadores, do qual resultou a edição de 500 exemplares de um segundo dossier com a designação de *Pensar Formação II – Projecto de Formação para Animadores/ Componente de Apoio à Família, Animação Sócio Educativa*.

A elaboração deste dossier teve como fundamento a Lei Quadro da Educação Pré-Escolar (Lei 5/97 de 10 de Fevereiro), que consigna os objectivos da educação pré-escolar e prevê a articulação do horário do jardim de infância com as necessidades das famílias.

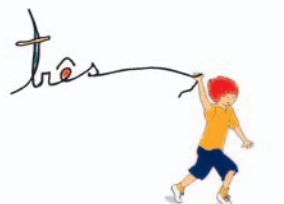
Deste modo, embora a organização do dossier *Pensar formação II* obedeça a princípios e a uma metodologia similar, relativamente ao processo formativo que esteve na origem do primeiro dossier já apresentado, em termos de finalidades e de operacionalização de objectivos, orienta-se para apoio à formação de um perfil de animador detentor de competências que lhe permita ocupar-se das crianças, numa atitude de cuidado, proporcionando-lhes, um “tempo livre”, minimamente organizado, para fruição de actividades lúdicas informais e diversificadas.

Considerando-se positivo o impacto que os referidos dossiers tiveram junto de instituições que realizam formação e, tendo em conta a necessidade de recursos, por parte das autarquias, centros de formação e agrupamentos de escolas, facilitadores de programas de formação local para auxiliares/assistentes de acção educativa e de animadores, no âmbito da componente de apoio à família, o Departamento da Educação Básica procedeu a uma nova edição dos materiais já apresentados, estruturados numa única publicação, sob a forma de caderno e de fácil utilização.

A decisão de fundir os dois dossiers, deve-se ao facto dos conteúdos de alguns dos módulos serem comuns aos dois manuais de formação, nomeadamente no que respeita a:

- sensibilização à realidade criança;
- família e relação com a escola;
- educação para a saúde;
- relações interpessoais e de cooperação entre os membros da equipa educativa.

Por outro lado, foi ainda tido em conta a recente evolução da legislação relativa a progressão da carreira do auxiliar e a criação da carreira de assistente de acção educativa, bem como as exigências contidas nos planos de formação para o ingresso na mesma.



FORMAÇÃO DE PESSOAL NÃO DOCENTE
ANIMADORES E AUXILIARES /ASSISTENTES DE ACÇÃO EDUCATIVA

Dado que os conteúdos programáticos contidos no dossier Pensar Formação II foram organizados de forma a responderem a um nível de escolaridade mais elevado, considerou-se que aqueles também se adequavam às exigências do novo perfil do pessoal não docente com funções de apoio à acção educativa. Assim, por razões de coerência, optou-se por manter a estrutura deste último projecto na presente edição.

Contudo, tendo em conta que o vínculo profissional à escola diverge, consoante se trate de pessoal auxiliar/assistente de acção educativa ou de animadores, alguns módulos mantêm a sua especificidade, nomeadamente, os que abordam conteúdos de natureza legislativa, direitos e deveres, e os que dizem respeito à animação, de modo a que os formadores possam seleccionar os conteúdos que pretendem trabalhar.

Por motivos de fusão e actualização, também a ilustração sofreu alterações, nomeadamente a substituição dos diapositivos que constituíam um recurso do volume I, por uma carteira de fotografias com imagens similares.

Esta edição apresenta-se como um manual para formação de pessoal não docente que desempenhe tarefas, ora na qualidade de auxiliares/assistentes em apoio à actividade docente do educador/professor, ora na qualidade de animadores, quando acompanham as crianças e desenvolvem actividades no âmbito da componente social de apoio à família.

Trata-se de uma carteira de sugestões e de materiais práticos, elaborados a partir da experiência realizada em acções de formação com auxiliares de acção educativa e animadores.

A organização e o tratamento destes materiais teve como finalidade a valorização e a rentabilização de recursos humanos e materiais já existentes nos estabelecimentos de educação, constituindo-se num incentivo às equipas educativas, sem deixar no entanto de apelar às suas potencialidades criativas.



FORMAÇÃO DE PESSOAL NÃO DOCENTE
ANIMADORES E AUXILIARES /ASSISTENTES DE ACÇÃO EDUCATIVA

Natureza das Actividades

Do Pessoal Auxiliar e Assistente da Acção Educativa

De acordo com a legislação em vigor, ao auxiliar/assistente de acção educativa *“incumbe genericamente, no desenvolvimento do projecto educativo da escola, assegurar uma estreita colaboração no processo educativo e da segurança das crianças...”*(Portaria n.º 63/2001 de 30 de Janeiro).

A actividade do pessoal não docente, embora decorrente das funções que legalmente lhe estão atribuídas, podem assumir características específicas conforme o projecto pedagógico de cada educador e o regulamento interno de cada estabelecimento. Contudo, a natureza das actividades é essencialmente **de apoio ao docente no quadro do desenvolvimento curricular da escola/jardim de infância**, desempenhando genericamente um papel indispensável, no sentido de assegurar um ambiente educativo acolhedor e promotor de bem-estar e de crescimento saudável.

As tarefas do dia-a-dia realizam-se, ora na proximidade das crianças, envolvendo uma atitude de cuidado e atenção, ora nas relações com o exterior, estabelecendo “pontes” com a família e a comunidade envolvente.

Do Animador

As actividades de animação sócio-educativa realizadas para além das 5 horas curriculares, surgem como uma estratégia complementar do sistema educativo, pela necessidade de incluir a componente de apoio à família na Lei Quadro da Educação Pré-Escolar.

Estas actividades têm como grande objectivo o apoio às famílias, organizando-se de modo a que o fruir ligado ao prazer e ao bem estar das crianças seja o sentido da intervenção do animador.

Os espaços/tempos de prolongamento de horário deverão proporcionar às crianças formas de estar “soltas”, de intimidade ou de interacção, de criatividade ou de repouso em segurança física e afectiva e em clima de acolhimento.



FORMAÇÃO DE PESSOAL NÃO DOCENTE
ANIMADORES E AUXILIARES /ASSISTENTES DE ACÇÃO EDUCATIVA

Assim, **os espaços de animação sócio-educativa** para as crianças que precisam de permanecer na instituição depois do tempo das 25 horas curriculares caracterizam-se por:

- serem animados/desenvolvidos em actividade directa por um animador preparado para o efeito;
- requererem uma preparação/planificação do espaço, tempo, materiais e actividades, cuidada e avaliada sob a responsabilidade do director do estabelecimento;
- terem um carácter informal, exigindo menor estruturação em relação ao jardim de infância, havendo a preocupação de articular com o educador, por forma a não repetir actividades que são desenvolvidas em tempo curricular.

Em termos de relação e animação educativa, caracterizam-se sobretudo pelo desafio/exigência ao animador no sentido de desenvolver/construir uma forma de relação positiva, empenhada, balizada pelo bom senso e pelo sentido de responsabilidade, pela educação da sua sensibilidade e pelo reforço da sua auto-estima.

Estes aspectos têm sido alvo de preocupação do Departamento da Educação Básica/ Núcleo de Educação Pré-Escolar, considerando-se que devem direccionar a acção do animador.

Os conteúdos e os materiais de apoio à formação apresentados neste dossier estão orientados no sentido de preparar, quer quanto a aspectos da sua formação e valorização pessoal, quer quanto à sensibilização para as necessidades da criança, especialmente em período pós-lectivo, dando prioridade à importância do brincar e como brincar com a criança, com destaque para a construção de um clima afectivo na base da segurança e do bem estar.



FORMAÇÃO DE PESSOAL NÃO DOCENTE
ANIMADORES E AUXILIARES /ASSISTENTES DE ACÇÃO EDUCATIVA

Motivação/Justificação

As medidas de política educativa em curso para a educação pré-escolar propõem a educação numa perspectiva de reciprocidade de relações e de responsabilidade partilhada.

A qualidade na educação passa pelo envolvimento e pela formação de todos os adultos intervenientes na educação das crianças, no âmbito das actividades que se realizam no estabelecimento educativo.

Nessa perspectiva, tendo em conta a necessidade de promover o desenvolvimento de competências indispensáveis para um desempenho adequado de funções junto de crianças do jardim de infância e escola do 1.º ciclo do ensino básico e, considerando ainda os benefícios resultantes de um bom enquadramento institucional de todos os elementos que trabalham no âmbito do apoio à actividade docente, na qualidade de auxiliar/assistente de acção educativa e das actividades de animação sócio-educativa, no âmbito da componente de apoio à família. Afigura-se da maior importância e oportunidade o desenvolvimento de um plano de formação, tendo como finalidade contribuir para a melhoria de qualidade do ambiente educativo e do apoio a prestar às famílias, através de uma carteira de sugestões e materiais práticos pensados para criar oportunidades de valorização e rentabilização dos recursos humanos e materiais existentes nos estabelecimentos de educação e ensino.

Objectivos Gerais

Esta formação visa fundamentalmente proporcionar aos auxiliares e animadores, em funções no âmbito de apoio à actividade docente e da componente de apoio à família, condições para um desempenho eficaz e criativo junto das crianças, com atitudes educativas que apoiem e tranquilizem as respectivas famílias.

Assim, consideram-se objectivos desta formação:

- Contribuir para o desenvolvimento da formação pessoal e social da pessoa do auxiliar/assistente e do animador.
- Sensibilizar para a realidade da criança, para as suas características e necessidades de desenvolvimento.
- Preparar para a aplicação de algumas técnicas de animação lúdica.
- Proporcionar informação sobre os princípios pedagógicos e organizativos do estabelecimento educativo.
- Sensibilizar para um bom relacionamento na base da cooperação e do sentido de responsabilidade.

Objectivo deste Dossier

O presente dossier foi elaborado a partir da compilação de diversos materiais utilizados em quatro acções experimentais.

Pretende-se que constitua uma carteira de sugestões, um recurso. Contudo, cada equipa formativa terá as suas próprias iniciativas.

Os formandos serão um óptimo recurso, fazendo-se apelo à sua experiência e ao seu saber cultural.



FORMAÇÃO DE PESSOAL NÃO DOCENTE
ANIMADORES E AUXILIARES /ASSISTENTES DE ACÇÃO EDUCATIVA

Metodologia/Conteúdos

A metodologia deste projecto de formação prevê uma fase de preparação da equipa, organização de materiais, articulação com serviços de educação locais e reuniões de trabalho com os directores pedagógicos de jardim de infância/escola, com o objectivo de conhecer necessidades e ajustar conteúdos.

A formação terá componente teórico/prática e processa-se de forma activa/participativa, conforme os princípios orientadores para a formação de adultos.

Esta formação contemplará três grandes áreas - a primeira de natureza sócio – educativa e cultural, a segunda de natureza organizacional e legislativa e a terceira de natureza técnica no campo da animação lúdica.

A aprendizagem deve processar-se de acordo com um modelo participativo. Assim, atribui-se peso igual tanto à formação teórica e prática, como ao ambiente relacional em que decorre a formação, desde a preparação cuidada e funcional dos espaços, às formas de acolhimento aos formandos, às oportunidades de participação e interacção do grupo.

Os grupos não deverão exceder os 20/25 participantes.

A acção realiza-se por módulos, tendo na totalidade a duração de 42 horas distribuídas da seguinte forma:

- **Módulo I**

As Necessidades da Criança:

- A problemática da família actual e suas repercussões na educação das crianças;
- Alguns aspectos do desenvolvimento da criança e a promoção de atitudes adequadas junto de crianças e adultos;
- Sensibilização para aspectos importantes no âmbito da educação para a cidadania (duração 12 horas)



FORMAÇÃO DE PESSOAL NÃO DOCENTE
ANIMADORES E AUXILIARES /ASSISTENTES DE ACÇÃO EDUCATIVA

- **Módulo II**

Relações de cooperação entre os diversos intervenientes da comunidade educativa
(*duração 3 horas*)

- **Módulo III**

Educação promotora de saúde (*duração 9 horas*)

- **Módulo IV**

Noções gerais sobre organização e gestão do Jardim de Infância (*duração 4 horas*).

- **Módulo IV – A**

Enquadramento legislativo dos auxiliares/assistentes de acção educativa – os direitos e os deveres (*duração 2 horas*).

- **Módulo V**

Animação sócio educativa – conceitos e práticas de animação. Os tempos livres das crianças – a importância do brincar, actividades lúdicas (*duração 12 horas*).



FORMAÇÃO DE PESSOAL NÃO DOCENTE
ANIMADORES E AUXILIARES /ASSISTENTES DE ACÇÃO EDUCATIVA

Recursos Materiais

A adequar aos contextos locais (consultar organização geral da acção).

Destinatários

Auxiliares/assistentes de acção educativa e animadores a prestar serviço nos jardins de infância/escola⁽¹⁾ (rede pública e rede privada sem fins lucrativos), no âmbito da componente de apoio à família — animação sócio educativa.

Formadores

Constituição das equipas de acordo com os recursos locais, considerando os conteúdos de formação.

Período de realização

Os cinco módulos deverão ser realizados por duas fases, em períodos e horário a acordar com as direcções dos jardins de infância/escolas ou agrupamentos.

Avaliação

A avaliação dos formandos deverá ser de carácter formativo, a realizar ao longo das sessões, tendo em conta a sua participação e empenhamento:

- Intervenções individuais,
- Apresentação de conclusões de trabalhos de grupo acerca das temáticas abordadas,
- Participação e produtos de pequeno grupo, resultantes do trabalho de atelier.

Relativamente à Acção

A avaliação da acção de formação poderá efectuar-se através de uma apreciação global a realizar pelos formandos e pelo preenchimento de uma ficha de avaliação simples contendo perguntas abertas.⁽²⁾

(1) apesar de se alargar a formação a animadores a prestar serviço no 1º Ciclo, os conteúdos abordados neste dossier estão mais direccionados para a educação pré-escolar.

(2) documento na página 28



FORMAÇÃO DE PESSOAL NÃO DOCENTE
ANIMADORES E AUXILIARES /ASSISTENTES DE ACÇÃO EDUCATIVA

Organização Geral da Acção

Metodologia	Estratégias	Recursos/Materiais
<p>Activa/Participativa baseada na formação de adultos, nos conhecimentos e experiências dos participantes.</p>	<ul style="list-style-type: none">• Promover um clima de participação e cooperação, preparando e favorecendo as relações interpessoais.• Proceder ao levantamento de expectativas e necessidades de formação dos formandos.• Iniciar, sempre que possível, os trabalhos por uma proposta de dinâmica de grupo.• Integrar o tratamento das expectativas e necessidades manifestadas nos conteúdos a abordar.• Colocar a ênfase na formação enquanto processo, criando espaços para a expressão dos formandos.	<ul style="list-style-type: none">• Meios Audiovisuais:<ul style="list-style-type: none">• Retroprojector• Vídeo• Projector de diapositivos• Leitor de cassetes• Folhetos• CD's música• Cassetes• Textos e pequenas Publicações;• Quadro de agenda;• Materiais de suporte aos atelier's: Tintas, caixilhos para diapositivos, pasta de madeira, desperdícios, cartolinas, etc.• Meios logísticos: espaços e equipamentos, ex: salas, espaços exteriores, recursos culturais da comunidade, cantinas, transportes, etc.



FORMAÇÃO DE PESSOAL NÃO DOCENTE
ANIMADORES E AUXILIARES /ASSISTENTES DE ACÇÃO EDUCATIVA

Módulo I

As Necessidades da Criança

Este módulo aborda a razão de ser da animação sócio-educativa em jardim de infância, relacionando-a com a problemática da família na sociedade actual, trata alguns aspectos da psicopedagogia, bem como a necessidade de promover atitudes educativas adequadas ao processo formativo de crianças e adultos nestes espaços.

Objectivos

Sensibilizar os participantes para:

- As determinantes sociais que condicionam o comportamento das famílias e, consequentemente, das crianças.
- O desenvolvimento da criança em idade pré-escolar.

Possibilitar reflexões e conhecimentos que promovam o desenvolvimento de atitudes adequadas junto das crianças e dos adultos.

Conteúdos	Actividades / Estratégias Possíveis
<ul style="list-style-type: none">• Problemas da família na sociedade actual;• O prolongamento de horário em jardim de infância da rede pública;• Aspectos do desenvolvimento da criança em idade pré-escolar. • A necessidade de segurança física e emocional das crianças;• A importância de experimentar o sucesso na realização de tarefas;• Espaço para a iniciativa e projectos das crianças;• Papel do jogo e do faz-de-conta;• A necessidade do movimento na criança.	<ul style="list-style-type: none">• Acolhimento, ambiência, clima relacional; • Apresentação, através da técnica de dinâmica de grupos, exemplo (Doc.1 — módulo I);• Levantamento de interesses e necessidades formativas face à função que desempenham;• Apresentação do programa, estabelecendo-se a correlação e os ajustes de acordo com interesses manifestados, de modo a poder referenciá-los no decurso dos respectivos módulos.

(continua)



(continuação)

Conteúdos	Actividades / Estratégias Possíveis
<ul style="list-style-type: none">• Relações interpessoais e o seu papel para o desenvolvimento de um sentimento de auto-estima saudável e para a construção de um auto-conceito positivo. (Doc. 2, 3, 4 e 4a — módulo I).• Valores e cidadania (Doc. 9 e 10 — módulo I).<ul style="list-style-type: none">• Importância de educar para a liberdade, para a criatividade e autonomia;• O exercício de autoridade e as questões pedagógicas relacionadas com o sentido de disciplina (Doc. 11, 11a, — módulo I).	<ul style="list-style-type: none">• Breves exposições com recurso a materiais de apoio audio-visual:<ul style="list-style-type: none">• Projectão de acetatos com texto auxiliar;• Projectão de imagens seleccionadas com uma dupla finalidade: ilustrar sobre a criança em contexto relacional e em contexto de jogo (Doc. 5, 6, 7, 8 — módulo I).• Trabalho prévio de discussão em grupos a partir de um jogo ou de pistas, contendo frases contraditórias sobre a temática em questão (Doc. 11a₁ — módulo I).• Plenário para a síntese dos trabalhos de grupo;• Sistematização dos conteúdos com recurso a meios auxiliares de comunicação e textos de apoio.



Módulo II

Relações de cooperação entre os intervenientes da comunidade educativa

Este módulo aborda a interacção com diversos intervenientes da comunidade educativa. Na educação da criança todos intervêm com o seu saber, com a atitude e com o exemplo. Quanto melhor forem os pais, os irmãos, o bairro, a escola e todas as pessoas que nela trabalham, mais saudável e mais harmonioso será o ambiente e por conseguinte melhor as crianças participam e aprendem. O jardim de infância e a escola serão locais onde dá gosto estar, onde sabe bem cooperar em projectos educativos comuns. Todos os profissionais são importantes e se reconhecem no papel que desempenham.

Objectivos

Sensibilizar os participantes para:

- a adopção de comportamentos adequados na relação com os diversos intervenientes na comunidade educativa.
- o trabalho de equipa e vantagens da actividade em cooperação.

Conteúdos	Actividades / Estratégias Possíveis
<ul style="list-style-type: none">• Atitudes facilitadoras de comunicação no Jardim de infância e na escola.• O trabalho em equipa - conceitos de participação e de cooperação.	<ul style="list-style-type: none">• Acolhimento• Plano de trabalho, agenda/informações.• Levantamento de expectativas/necessidades (técnica de entrevista mútua).• Projecção de acetato a cores com imagens de escola, a partir do qual se pode desenvolver o conceito de educação com dimensão comunitária. (Doc. 1 – módulo II). Este tema pode igualmente ser tratado com o auxílio visual de diagrama desenhado na sessão em quadro de agenda.• Jogo de provérbios como forma de concretizar e realçar valores e atitudes que são transmitidos através da tradição oral popular (doc. 12a, 12b – módulo II).

(continua)



(continuação)

Conteúdos	Actividades / Estratégias Possíveis
<ul style="list-style-type: none"> • Função do Pessoal auxiliar de Acção Educativa e seu contributo para uma boa imagem do Jardim de Infância e da Escola. • Atitudes • Papeis • Funções 	<ul style="list-style-type: none"> • Exposição com recurso a acetatos ou power point, salientando o direito e o dever de participar - (Docs. 3, 3a, 3b - módulo II). • Exercícios práticos em trabalho de grupo com a seguinte pista: <ul style="list-style-type: none"> <i>Experiências de desempenho em que reconheçam funções/ papeis que contribuam para um bom ambiente educativo em Jardim de infância/ Escola.</i> • Plenário para apresentação das experiências de desempenho. A partir de alguns exemplos dados, seleccionar em conjunto experiências ou frases onde se reconheçam situações de: <ul style="list-style-type: none"> • Trabalho em equipe • Experiências de cooperação • Sentido de responsabilidade • Atitudes de diálogo • Relações de confiança. <p>Hipóteses de concretizar a actividade</p> <p>Hipótese A - Projectar algumas imagens sobre situações de fácil identificação (vivências relacionais/desempenho) e convidar o grupo a legendar as imagens a partir das frases ou das palavras escolhidas (Doc. 4 — módulo II).</p> <p>Hipótese B - Seleccionar alguns textos simples e sugestivos relacionados com os conteúdos em causa e convidar os participantes a agruparem-se dois a dois com a tarefa de sublinharem ou elegerem frases que (por confirmação ou contraste) se relacionem com experiências apresentadas. (docs. 5, 5a, 5b — módulo II).</p> <p>Hipótese C - Fazer uma síntese conclusiva a partir das experiências apresentadas, finalizando com a leitura de um pequeno texto ou projecção de imagem sugestiva (docs. 4,5 – módulo II).</p> <p>Para o exercício de cooperação pode optar-se por outra actividade de grupo, por exemplo uma tarefa/jogo: “Os Recursos Desiguais”, ver os aspectos técnicos em (Doc. 6 – módulo II).</p>



FORMAÇÃO DE PESSOAL NÃO DOCENTE
ANIMADORES E AUXILIARES /ASSISTENTES DE ACÇÃO EDUCATIVA

Módulo III

Educação Promotora de Saúde

Este módulo visa desenvolver nos formandos um sentimento de responsabilidade interveniente em relação à promoção da saúde, bem como promover competências básicas nesta área.

Objectivos

- Aprofundar o sentido de responsabilidade em relação à promoção da saúde.
- Conhecer os aspectos preventivos relacionados com algumas patologias mais relevantes.
- Conhecer e praticar preceitos básicos de socorrismo.
- Sensibilizar para os aspectos da segurança nos espaços educativos.

Conteúdos	Actividades / Estratégias Possíveis
<ul style="list-style-type: none">• Conceitos básicos e promoção/educação para a saúde <p>1 — Saúde</p>	<p>Para o desenvolvimento dos conteúdos expressos deverão ser usadas metodologias activas.</p> <p>p.g. — pequeno grupo G.g. — grande grupo</p> <p>Abordagem dos conceitos numa perspectiva holística:</p> <p>1 — Conceito de saúde:</p> <p>p.g. — Os participantes tentam definir o conceito. G.g. — São discutidas as definições dos p.g. e a discussão encaminha-se para a definição da O.M.S. (Doc. 1 — módulo III).</p> <ul style="list-style-type: none">— Vertente patológica para os aspectos holísticos.— Ampliação do conceito nas vertentes “Ambiente” e “Políticas promotoras”.

(continua)



(continuação)

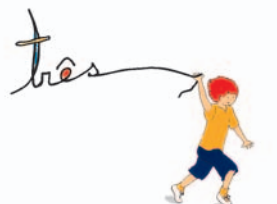
Conteúdos	Actividades / Estratégias Possíveis
2 — Promoção da saúde	2 — Promoção da saúde: p.g. — Discussão dos agentes responsáveis pela promoção da saúde. — Reflexão sobre os percursos individuais de saúde G.g. — Registo das contribuições e discussão, com realce para: <ul style="list-style-type: none">• a responsabilidade individual e institucional.• a relevância das doenças do comportamento.• a aprendizagem individual para a promoção da saúde.
3 — Carta de Ottawa • O papel do Animador numa “escola promotora de saúde”. • Aspectos elementares relativos à promoção de saúde: Relacional, higiene ambiental e corporal, alimentação, prevenção de algumas doenças infecto-contagiosas.	3 — Carta de Ottawa: Referência ao conteúdo da carta Realce para o papel de todos os agentes da comunidade educativa no apoio e desenvolvimento de medidas de promoção de saúde: p.g. — Os participantes sugerem medidas concretas. G.g. — Análise do plano de exames a realizar por crianças dos 3 aos 6 anos (Docs. 2 e 3 — módulo III). Referência a (Doc. 1a — módulo III): 1 — Encorajamento de relações interpessoais positivas: promoção de atitudes de respeito, empatia, comunicação positiva entre crianças e entre adultos/crianças. 2 — Higiene: <ul style="list-style-type: none">• ambiental (arejamento, aspiração, alérgenos, ácaros, pólen, pêlos, etc.);• corporal (oral, corpo, postural, do vestuário sono/stress).

(continua)



(continuação)

Conteúdos	Actividades / Estratégias Possíveis
<ul style="list-style-type: none">• Conceitos básicos e demonstração de primeiros socorros:<ul style="list-style-type: none">• Conceito de 1.º socorro;• Princípios gerais de socorrismo (PAS);• Plano de acção de socorrista;• Socorros essenciais e secundários (Doc. 6 — módulo III).	<p>3 — Alimentação, informação básica e prática:</p> <ul style="list-style-type: none">• papel dos nutrientes, roda dos alimentos, alimentação saudável, refeições equilibradas.• conservação dos alimentos.• processos culinários mais saudáveis. (Docs. 4a, b, c, d, d1 — módulo III). <p>4 — Doenças infecto-contagiosas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Definição muito sumária, alusão ao agente causal, tipo de contágio e preceitos básicos de prevenção:<ul style="list-style-type: none">• gripe, tuberculose, SIDA, e hepatites (Doc. 5 — módulo III). <p>5 — Exposição e exercitação</p>



FORMAÇÃO DE PESSOAL NÃO DOCENTE
ANIMADORES E AUXILIARES /ASSISTENTES DE ACÇÃO EDUCATIVA

Módulo IV

Organização e Gestão do Jardim de Infância

Com este módulo pretende-se preparar a integração do animador ou auxiliar/assistente na equipa da instituição educativa. Abordam-se noções gerais sobre as novas formas de organização/gestão de Jardim de Infância/escola, bem como o conceito de educação que lhe está subjacente. Reflecte-se sobre a importância dum processo educativo participado pelos diferentes intervenientes da comunidade educativa. Apresentam-se os objectivos da animação sócio educativa no contexto de prolongamento da actividade pós-lectiva e as funções do respectivo animador.

Objectivos

- Adquirir alguns conhecimentos básicos sobre novas formas de organização e gestão do jardim de infância/ escola.
- Sensibilizar para algumas implicações do funcionamento do jardim de infância como comunidade educativa.
- Reflectir sobre as funções e o desempenho do animador.

Conteúdos	Actividades / Estratégias Possíveis
<ul style="list-style-type: none">• A escola hoje<ul style="list-style-type: none">• como nasce uma escola• para que serve uma escola (Doc. 1, 2, 2a — módulo IV).• Projecto educativo da escola<ul style="list-style-type: none">• O que é• Para que serve• Quem intervém (Doc. 3 — módulo IV).• Autonomia das Escolas (Doc. 3a — módulo IV).• Organigramas do Ministério da Educação e dos Centros de Área Educativa; (Doc. 4 e 5 — módulo IV).	<ul style="list-style-type: none">• Exposição animada e participada com recurso a instrumentos auxiliares da comunicação.• Visionamento de um vídeo ou outro material de apoio para melhor compreensão do funcionamento do jardim de infância.⁽¹⁾• Espaço para questionamento e esclarecimento, como por exemplo:<ul style="list-style-type: none">• Organização e qualidade dos espaços;• Gestão dos tempos;• Segurança;• Actividades mais adequadas;• Expectativas da família etc.

(continua)

(1) Vídeo a "Brincar vamos começar" existe nos CAE's, Autarquias, DRE's, DEB.



(continuação)

Conteúdos	Actividades / Estratégias Possíveis
<ul style="list-style-type: none">• Organização da instituição (Doc. 6 — módulo IV).• Princípios gerais e objectivos pedagógicos da educação pré-escolar (Doc. 7 — módulo IV)• O que é o jardim de infância (Doc. 9 e 10 — módulo IV).• Objectivos da Educação Pré-Escolar (Doc. 8 — módulo IV).• Funções e papéis dos intervenientes:<ul style="list-style-type: none">• Educador de infância (Doc.11 — módulo IV);• Auxiliar de acção educativa (Doc.11a módulo IV);• Animador sócio educativo (Doc.11b — módulo IV); <p>— Crianças — Pais — Autarquias</p>	<ul style="list-style-type: none">• Testemunho prático de uma directora pedagógica de um J.I. sobre o modo como articula no seu jardim de infância a componente lectiva e a componente de apoio à família;• Distribuição de textos de apoio aos formandos.



FORMAÇÃO DE PESSOAL NÃO DOCENTE
ANIMADORES E AUXILIARES /ASSISTENTES DE ACÇÃO EDUCATIVA

Módulo IV A

Enquadramento Legislativo dos Auxiliares/Assistentes de Acção Educativa

Enquadramento legislativo dos auxiliares/assistentes de acção educativa – os direitos e os deveres

Objectivos

- Proporcionar aos participantes o conhecimento:
 - Do sistema organizacional em que se encontram inseridos.
 - Dos seus direitos, deveres e funções.

Conteúdos	Actividades / Estratégias Possíveis
<ul style="list-style-type: none">• Enquadramento legislativo: os direitos e os deveres enquanto funcionários públicos.• Conteúdos funcionais do auxiliar/assistente de acção educativa (M.E.)• Conteúdos funcionais do ajudante de acção sócio-educativa (M.S.S.T.)	<ul style="list-style-type: none">• Em trabalho de pequeno grupo, tentar que os formados, recorrendo aos seus conhecimentos apontem:<ul style="list-style-type: none">• Os direitos do auxiliar/ assistente de acção educativa como funcionário público (doc. 1, 2, e 3 - Módulo IV A).<ul style="list-style-type: none">— direitos pessoais— direitos funcionais• Os deveres do auxiliar/assistente de acção educativa como funcionário público.• Confrontar o trabalho dos formandos com a informação a apresentar pela formadora (acetato, Power Point, outros documentos).• Análise e discussão dos conteúdos funcionais do pessoal não docente à luz da nova legislação. (doc. 4, 5 e 6 - Módulo IV A)



Módulo V

A Importância do Brincar - Actividades Lúdicas

Este módulo visa abordar em 1.º lugar a importância do brincar para a criança e de como se podem criar condições favoráveis para a animação lúdica em contexto de tempo pós lectivo no Jardim de Infância.

Pretende-se reflectir sobre o conceito de animação e de tempo livre e experimentar em oficina, diversas actividades lúdico/expressivas. Dar pistas para a organização de uma “biblioteca” e outros materiais de apoio ao animador.

Objectivos

- Tomar consciência da importância do tempo de lazer para o bem estar e a saúde das crianças e dos adultos.
- Reflectir à cerca da especificidade das actividades lúdicas nos períodos de prolongamento de horário em jardim de infância.
- Aprender/experimentar diversas situações de jogo, de animação do conto e outras actividades lúdico/expressivas

Conteúdos	Actividades / Estratégias Possíveis
<ul style="list-style-type: none">• Abordagem de questões sobre a evolução do jogo e do brincar e suas características nos dias de hoje:• conceito de animação (Doc. 1 módulo V);• conceito de actividade lúdica (Doc. 2 módulo V);• conceito de tempo livre (na criança e no adulto);• a sobreocupação das crianças;• o desvirtuar dos tempos livres;• os resultados psicossomáticos da sobreocupação dos tempos.	<ul style="list-style-type: none">• Para além da exposição do tema:• Debate de um doc. audio/visual, vídeo/cassete ou filme que aborde a temática;• Explosão de ideias (Brainstorming);• Estudo de casos;• Demonstração comentada através de um série de diapositivos seleccionada a partir de experiências pedagógicas vivenciadas com e por crianças em tempo livre.

(continua)



(continuação)

Conteúdos	Actividades / Estratégias Possíveis
<ul style="list-style-type: none"> • Estratégias possíveis /desejáveis para os tempos em animação sócio/educativa: <ul style="list-style-type: none"> • direito ao ócio/lazer; • actividades essencialmente lúdicas e significativas; • importância do contacto /exploração da natureza; • movimento; • apoio à concretização de projectos das crianças; • envolvimento das famílias e da comunidade; • exploração de espaços e materiais polivalentes e criativos; • a construção dos próprios brinquedos; recuperação de actividades, de jogos e de brinquedos, tradicionais (Docs. 3, 3a, 3b, 3c, 3d, 3e, 3f e 4 — módulo V). • Aspectos de expressão e comunicação da criança — linguagens que utiliza. • Actividades lúdicas/expressivas — exploração de cenários plásticos criados pelas crianças: <ul style="list-style-type: none"> — Tempo do conto; — A importância do livro; — Canções com movimento; — Rodas e jogos rítmicos; — Fantoches; — Poesias e lengalengas (Docs. 4a, 5, 5a, 6, 7, 7a, 7b, 7c, 7d, 7e, 8, 9 e 10 — módulo V). • Função do jogo — componentes lúdica e formativa. <ul style="list-style-type: none"> • Jogos de interior e de ar livre adequados às respectivas idades das crianças. • Organização de ficheiros e de mini-biblioteca de apoio. 	<ul style="list-style-type: none"> • Animação de histórias através de: <ul style="list-style-type: none"> — Fantoches — Marionetas — Sombras chinesas (Docs. 3e, e 8 — módulo V) • Atelier de construção de fantoches em pasta de madeira e outros; • Atelier de construção e visionamento de diapositivos com vários materiais: tintas, papel celofane, rendas, penas, letras e padrões de decalque; • Exemplificação de diferentes formas de contar uma história: • Exemplificação de como se pode contar e recriar uma história a partir de vários materiais. Exemplos: <ul style="list-style-type: none"> — Banda desenhada; — Puzzle; — Imagens com sequência; — Utilização de retroprojector; — Ir desenhando em acetato, etc. • Atelier para construção de personagens a partir de material de desperdício e cada grupo conta uma história de forma diferente. • Criar situações de jogos ao ar livre e de jogos de interior (Docs. módulo V). • Organização de biblioteca de apoio ao animador (Docs. 11 e 11a módulo V).



FORMAÇÃO DE PESSOAL NÃO DOCENTE
ANIMADORES E AUXILIARES /ASSISTENTES DE ACÇÃO EDUCATIVA

Ficha de Avaliação

Formação de Animadores Componente de Apoio à Família

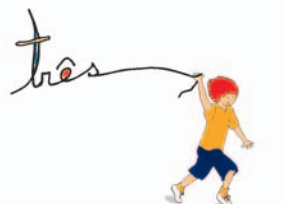
1 — Se gostou de participar neste encontro, diga porquê.

2 — O que achou mais importante?

	1	2	3	4	5
• O convívio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• A troca de experiências	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• Aprender coisas novas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

3 — Aspectos que achou mais relevantes para o trabalho com as crianças.

4 — Propostas/Sugestões para futuras acções de formação.



FORMAÇÃO DE PESSOAL NÃO DOCENTE
ANIMADORES E AUXILIARES /ASSISTENTES DE ACÇÃO EDUCATIVA

Bibliografia

- Bee, H. (1986). *A Criança em Desenvolvimento*. Ed. Harbra Ltd^o.
- Caillois. (1990). R. *Os Jogos e os Homens*. Ed. Cotovia.
- Dias, R. et al (1983). *Curso de Iniciação à Educação de Adultos*. Braga. Universidade do Minho.
- Freire, Paulo. (...) *Pedagogia para a Liberdade*.
- Ferreira, T.P. (1999). *Guia do Animador*. Edições Multinova.
- IAC. (1998). *Cadernos da Actividade Lúdica*.
- Marcellino, N.C. (1997). *Pedagogia da Animação*. Papyrus Editora.
- Silva, I.L. (1997). *Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar*. Ed. Ministério da Educação. Departamento da Educação Básica, Núcleo da Educação Pré-Escolar.
- Ministério da Educação. (1995). Departamento da Educação Básica, Núcleo da Educação Pré-Escolar. *Dos 3 aos 5 no Jardim de Infância*.
- Ministério da Educação. (1994). Departamento da Educação Básica, Núcleo da Educação Pré-Escolar. *"Jardim de Infância/Família, Uma Abordagem Interactiva"*.
- Pringle, K.M. (1983). *A Criança*. Ed. do Instituto de Estudos e Acção Familiar.
- PPES. CNLS.,(1999). *Manual de Primeiros Socorros — Acidentes nas Escolas, Jardins de Infância e Campos de Férias*. Lisboa. PPES. CNL.
- Roberto, J. (1996). *Carta Urgente sobre a Qualidade de Vida*. Ed. ITAU.
- Santos, Arquimedes. (1991). *Aspectos Psicopedagógicos da Actividade Lúdica*. IAC.

Textos

- Carta de Otawa, 1986.
- Figueira, C. (1991). *Quer Conhecer Melhor o seu Filho Pré-Escolar?* Revista Rua Sésamo, 17.
- Gabriela, L. Conceição, J. *A Criança e os Jogos Tradicionais*, Análise de Texto, Porto.
- Martinho, A. *O Jogo Dramático na Ludoteca*, *Cadernos de Educação de Infância*, n.º 51/99.
- Santos, A. *Tempo Livre, Tempo de Brincar Tempo de Crescer*, *Cadernos de Educação de Infância*, n.º 25/93.



Módulo I

Textos e Materiais de Apoio

As Necessidades da Criança

33

DOCUMENTO 1
Jogo de Apresentação

35

DOCUMENTO 2
A Família

36

DOCUMENTO 3
Tópicos para Reflexão — A Sociedade Hoje e a Organização Familiar

38

DOCUMENTO 4
As Necessidades das Crianças

42

DOCUMENTO 4a
A Propósito do Texto — As Necessidades das Crianças

45

DOCUMENTO 5
Adquirindo o Sentido do Eu
Conhecendo o seu corpo

46

DOCUMENTO 6
Adquirindo o Sentido do Eu
Eu era a Mãe

47

DOCUMENTO 7
Adquirindo o Sentido do Eu
Fantasiar-se de outra pessoa diverte e ajuda a criança a compreender a realidade

48

DOCUMENTO 8
Adquirindo o Sentido do Eu
Aprendendo a usar diferentes linguagens

49

DOCUMENTO 9

Educação para a Cidadania, Algumas Considerações

51

DOCUMENTO 10

Os Direitos das Crianças

53

DOCUMENTO 11

Educar para a Cidadania — Os Nossos Valores

55

DOCUMENTO 11a

A Liberdade como um Valor — Tópicos para Reflectir

59

DOCUMENTO 11a₁

Exemplo de Abordagem da Discussão de Valores

DOCUMENTO 1

Jogo de Apresentação

“Cada um apresenta o outro”⁽¹⁾

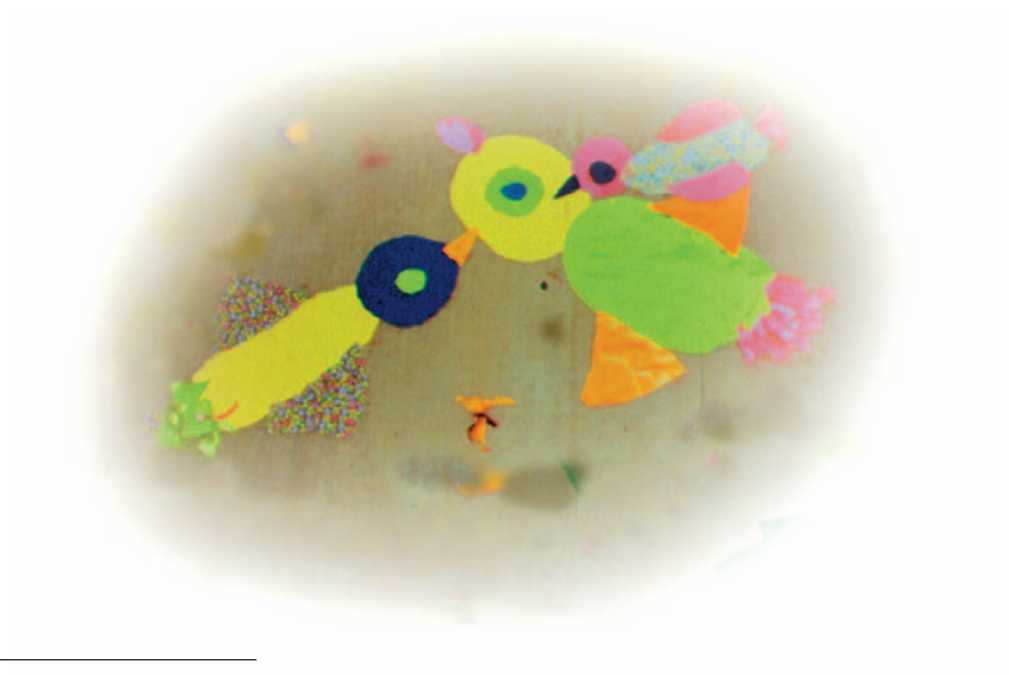
O animador começa por dirigir as boas-vindas aos formandos e realçar a importância de todos se conhecerem.

Entrega, em seguida, aos formandos um papel branco de reduzidas dimensões e pedelhes que depois de nele escreverem o nome, o dobrem em quatro partes. O animador deve integrar-se, também, nesta actividade lúdica.

Recolhidos os papéis e depois de suficientemente misturados, o animador retira um à sorte, lê em voz alta o nome do formando nele escrito e convida-o a proceder da mesma forma. **Está constituído o primeiro par.**

O processo continua até que todos os formandos e animador(es) estejam constituídos em pares. Se o número de elementos for ímpar, o último integra-se num par à sua escolha, constituindo-se num trio.

O animador sugere aos diversos pares a escolha de um local agradável, dentro ou fora da sala, para fazerem a sua apresentação, dispondo cada elemento de **5 minutos** para falar de si ao seu parceiro (dados pessoais, familiares, profissionais ou outros).



(1) In — *Guia do Animador de Paulo Trindade* (pág. 180).



Durante a apresentação a dois não esquecer:

O tempo atribuído a cada formando deve ser respeitado, não devendo ficar aquém ou ir além dos **5 minutos estabelecidos**.

O parceiro que receber a informação pode pedir esclarecimentos sobre o que lhe é transmitido, sempre que necessário, sendo “expressamente proibido” tomar qualquer apontamento. Cada um deve esforçar-se por reter a informação que lhe é transmitida.

Terminados os **10 minutos** reservados para a apresentação dos pares, convidá-los a regressarem à sala para mutuamente se apresentarem. Cada um apresenta o seu parceiro, devendo este, no final, manifestar o seu acordo ou desacordo relativamente ao que foi relatado a seu respeito.

Concluídas as apresentações (tanto para o modelo 1 como para o modelo 2) e depois de prestadas algumas informações logísticas — horário, normas de funcionamento, importância da pontualidade — é aconselhável **fazer um pequeno intervalo**. É uma forma de atenuar a tensão gerada pela apresentação.

Em conclusão e resumidamente, destacamos as principais vantagens da apresentação:

Facilita um maior conhecimento e relacionamento entre os formandos e animador-formandos.

Proporciona um “degelo” inicial, condição indispensável para fazer da actividade formativa um tempo e um espaço de interacção e comunicação humanas.

Possibilita ao animador, através das informações obtidas, introduzir reajustamentos à actividade formativa, em termos de objectivos, conteúdos e métodos.



DOCUMENTO 2

A Família



4/6/91
Pedro

Há uma ideia do modelo tradicional de família segundo um modelo padrão socialmente aceite na base do casamento, constituído por pai — o ganha pão e a mãe, dona de casa, um certo número de filhos que vivem sob o mesmo tecto — a família nuclear. (Tofler, 1984) Havia também a família alargada (em algumas sociedades ainda há), em que sucessivas gerações familiares viviam sob o mesmo tecto, governados pelos patriarcas mais velhos.



DOCUMENTO 3

Tópicos para Reflexão — A Sociedade Hoje e a Organização Familiar

É importante compreender os contextos e organizações familiares para, sem juízo de valor, intervir de forma educativa. Nesse sentido, há que ter presente alguns aspectos do quadro evolutivo do modelo de organização social e familiar para o que se sugerem alguns tópicos de reflexão:

- Evolução do modo de vida rural;
- Pais e mães que trabalham fora de casa;
- Famílias mais pequenas com um só filho;
- Avós que ainda trabalham ou vivem longe.

Formas de Organização Familiar

A par da família nuclear assente em modelos e valores estruturados e padronizados, coexistem nas sociedades actuais diferentes modelos de organização familiar, embora com alterações de organização interna de crenças e de princípios.

- famílias monoparentais só com um progenitor pai ou mãe, ou por causa do divórcio ou por causa de se assumirem como pais ou mães solteiros;
- famílias reconstituídas na base de casais de divorciados que juntaram os respectivos filhos do primeiro casamento;
- famílias constituídas apenas na base da união de facto;
- pais e mães que trabalham e vivem em terras diferentes;
- crianças que vivem em lares.

Em síntese, a família actual pode aparecer com variadas formas e modos de organização, sendo a maior parte socialmente aceites.

Alterações no Quadro de Relações Pais e Filhos

A relação pais e filhos é mais dinâmica, menos rígida, mais sociável, isto é, há mais influências mútuas. Os modelos muito vinculados diluem-se. Os filhos também influenciam o pensamento e o comportamento dos pais através da sua cultura escolar e da cultura social e juvenil.

Por outro lado, os pais sentem-se mais frágeis, mais inseguros.

Eles próprios são constantemente sujeitos a novos desafios quanto ao desempenho do seu papel de pais, e também têm necessidade, como os filhos, de serem compreendidos e esclarecidos por quem lhes garanta segurança.



Aos pais é pedida uma tarefa redobrada, porque tudo é menos estável. As coisas não são apenas branco ou preto, certo ou errado.

Reflexos na Forma como se vai Estruturar a Personalidade das Crianças

As crianças interiorizam modelos de comportamentos, definição ou indefinição de papéis (pai/mãe) processos de socialização, valores que se privilegiam etc.

Exemplos:



O exercício da autoridade parental (castigos e recompensas) não é tarefa fácil. Hoje coexistem várias escolas formativas.

Discute-se na praça pública as grandes questões morais nem sempre coincidentes com as da família.

As crianças nas crises afirmativas próprias do crescimento e da conquista da autonomia, evidenciam gestos de desobediência e individualismo desafiadores.

A criança precisa de se afirmar para construir a sua identidade e autonomia. Como conciliar com as suas tendências e necessidades transgressoras e egocêntricas?

Estudos de Psicologia dos últimos 30 anos (Gesell, 1993; Piaget, 1957; Bloom, 1964 e outros) demonstraram a importância decisiva dos cinco primeiros anos de vida no desenvolvimento e adaptação do indivíduo. Ora a criança é essencialmente educada pela família nesse período da vida, os pais são reconhecidos como os agentes educativos preponderantes nesta idade.

Entende-se assim, a necessidade de boa articulação entre o jardim de infância e a família, sucedendo o mesmo em relação aos espaços de animação sócio-educativa, no âmbito da componente de apoio à família.

Actividades de Apoio à Família

Compreende-se que, dada a evolução do quadro de organização social e familiar, as actividades de animação sócio-educativa, em situação de prolongamento de horário de jardim de infância, tenham surgido como uma estratégia complementar do sistema educativo. Estas actividades têm como grande objectivo o apoio às famílias, organizando-se com a participação dos pais, de modo a garantir a qualidade de atendimento durante todo o tempo que a criança permanece na instituição.



MÓDULO I — TEXTOS E MATERIAIS DE APOIO

DOCUMENTO 4 As Necessidades das Crianças





Existem quatro necessidades básicas, de ordem emocional, que é necessário satisfazer desde o início da vida para que uma criança passe da infância desamparada a uma fase adulta de maturidade. São elas: a necessidade de amor e segurança, de novas experiências, de apreço e reconhecimento e de responsabilidade. É evidente que a importância relativa destas necessidades muda durante as várias fases de crescimento, como também mudam as formas de as satisfazer.

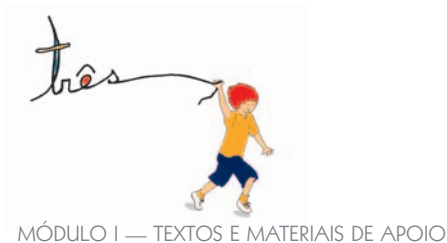
A Necessidade de Amor e Segurança

Esta é provavelmente a mais importante, porque fornece a base para todos os relacionamentos posteriores, não só no âmbito da família mas também com os amigos, colegas e eventualmente com a futura família. Dela dependem o desenvolvimento saudável da personalidade, a necessidade de amar e de corresponder ao afecto e, a seu tempo, de se tornar uma mãe ou um pai afectuoso e carinhoso. Esta necessidade é satisfeita quando a criança vive desde o nascimento uma relação continuada, segura, afectuosa, primeiro com a mãe, depois com o pai e seguidamente com um círculo crescente de adultos e de outras crianças. A segurança de um local familiar e de uma rotina conhecida garantem a continuidade e a previsibilidade num mundo em que a criança tem que aprender a lidar com tantas coisas que são novas e mutáveis. Do mesmo modo, a estabilidade da vida familiar dá-lhe o sentido de continuidade pessoal, de ter um passado, bem como um futuro e de ter uma identidade coerente e resistente.

A Necessidade de Novas Experiências

A inteligência de uma criança só se desenvolverá de forma satisfatória se esta necessidade for correspondida durante a infância. Tal como o corpo requer alimento para permitir o desenvolvimento físico e tal como uma dieta equilibrada é essencial para o crescimento normal, assim as novas experiências são um requisito para o intelecto. Os ingredientes vitais desta dieta são, na primeira infância, o jogo e a linguagem. Através deles, a criança explora o mundo e aprende a enfrentá-lo. Isto é tão verdadeiro em relação ao mundo subjectivo e interior dos pensamentos e dos sentimentos.

As novas experiências facilitam a aprendizagem de uma das lições mais importantes nos primeiros anos de vida: aprender a aprender, e aprender que o domínio sobre algo traz consigo alegria e um sentimento de realização. A educabilidade não depende só das capacidades inatas, mas tanto — ou mais — das oportunidades e estímulos fornecidos pelo meio. O clima emocional e cultural do lar, bem como o envolvimento e as aspirações dos pais podem acalentar, limitar ou prejudicar o crescimento mental.



O jogo corresponde, principalmente de duas formas, à necessidade de novas experiências: dando à criança a possibilidade de conhecer o mundo; e fornecendo-lhe meios para enfrentar e resolver emoções contraditórias, visto permitir que a fantasia se sobreponha à realidade e à lógica.

A qualidade do ambiente linguístico em que a criança vive é provavelmente, e a longo prazo, o factor crucial do seu crescimento intelectual: não importa apenas se lhe falam muito ou pouco, mas se essa conversa é relevante, nítida e rica. A linguagem falada ajuda na aprendizagem do raciocínio e do pensamento e também no estabelecimento de relações.

A entrada para a escola constitui só por si uma experiência nova e primordial, que abre um mundo mais vasto e mais impessoal. O progresso da criança será profundamente afectado pelas atitudes, valores e convicções do professor. Interesses alargados, entusiasmo pelos assuntos da mente e receptividade às ideias novas são características contagiosas. Os professores estão numa posição que lhes permite manter, despertar ou reacender a curiosidade e a alegria de aprender novas coisas que quase todas as crianças pequenas manifestam.

A Necessidade de Apreço e Reconhecimento

Deixar de ser um bebé indefeso e crescer até se tornar um adulto seguro de si e que se aceita como é, requer uma vasta aprendizagem emocional, social e intelectual. É através da *modelação* da criança em relação aos adultos que cuidam dela que este objectivo é alcançado. Os incentivos mais eficazes para o conseguir — e que exigem um esforço permanente, mantido ao longo dos anos de crescimento — são o apreço e o reconhecimento. Mais tarde, uma tarefa bem feita constitui a sua própria recompensa, mas tal só acontece numa fase de grande maturidade. Mesmo o adulto mais maturo reage, digamos que desabrocha, quando ocasionalmente lhe manifestam apreço ou outra forma de reconhecimento.

Visto que o crescimento é fatalmente obstruído por dificuldades, conflitos e reveses, torna-se indispensável um estímulo forte. Este virá da parte dos adultos que amam a criança e a quem por sua vez ela ama e quer contentar, através do prazer que esses adultos manifestam perante o sucesso e através do apreço demonstrado face às realizações da criança. O encorajamento e as exigências, quando razoáveis, servem de agulhão para a perseverança. O grau óptimo de expectativa atinge-se quando o sucesso é possível mas não sem esforço. Não poderá ser o mesmo para todas as crianças, nem em todas as fases. Pelo contrário, terá de se cingir às capacidades de cada criança em cada momento e ao estágio de crescimento em que ela se encontra.



Os professores também desempenham um papel importantíssimo na satisfação da necessidade de apreço e reconhecimento, quanto mais não seja, porque toda a criança passa na escola cerca de metade do tempo em que não está a dormir e isto, pelo menos, durante onze anos. Este facto constitui uma oportunidade inigualável para estabelecer uma atitude propícia em relação à aprendizagem e, também, quando necessário, para melhorar ou mesmo reconstruir a base em que assenta o amor-próprio de uma criança e, por conseguinte, a sua atitude face ao esforço e aos resultados obtidos. Para realizar esta tarefa, o professor tem de partir do princípio de que cada aluno tem um potencial para o desenvolvimento que ainda não foi realizado e que poderá ser posto em acção por uma *dieta* adequada, em vez de encarar os fracassos passados como indicando uma capacidade de aprendizagem irremediavelmente limitada.

A Necessidade de Responsabilidade

Esta necessidade é satisfeita permitindo à criança a conquista da independência pessoal, a começar pela aprendizagem de cuidar de si mesma no dia-a-dia, como por exemplo ao comer, vestir-se e lavar-se sozinha. É correspondida também através das coisas que a criança possui, por muito pequenas e baratas que sejam e sobre as quais ela pode exercer total direito de propriedade. À medida que a criança cresce, a responsabilidade tem de se alargar a esferas mais importantes, garantindo-lhe a liberdade nas suas acções. Quando, mais tarde, atingir uma plena maturidade, deverá ser capaz de aceitar ser responsável por outrem.

Conceder independência crescente não significa para o adulto calar o seu ponto de vista, preferências e opções, nem as razões que as fundamentam; também não quer dizer dizer que se deixe de orientar e participar na vida dos filhos, nem tão pouco que se fechem os olhos a tudo o que eles fazem. Pelo contrário, as crianças necessitam de estruturas orientadoras e de limites. É uma ajuda saberem o que é exigido ou permitido e quais são as regras, juntamente com as razões que as fundamentam, bem como o saberem se estas regras são no seu interesse ou no interesse de outros.

Pringle. Mia. A criança (1983) (pg.155 — 158)



MÓDULO I — TEXTOS E MATERIAIS DE APOIO

DOCUMENTO 4a

A Propósito do Texto — As Necessidades das Crianças

São apontadas, neste quadro de análise, por Pringle (1983) como fundamentais, as respostas a necessidades psicossociais básicas (não esquecendo as de natureza biológica), sendo enunciadas quatro categorias essenciais: **amor e segurança, novas experiências, apreço e reconhecimento, responsabilidade.**

Estas necessidades têm de ser satisfeitas não apenas no início da vida, mas por toda a vida. Assim, podem constituir, no contexto preciso do tema em análise, a relação família/jardim de infância, um programa comum que envolve a criança, a família e o profissional de educação pré-escolar.



No momento do desenvolvimento em que a criança procura a sua autonomia e desafia a sua iniciativa, entra no jardim de infância. Daí a especial relevância da experiência que, fora da família, vai fazer e que pode fortalecer ou desencorajar a capacidade de se afirmar perante ela própria e perante os outros (Erikson, E., 1971).

O amor e segurança que a criança sentir, são a essencialidade do desenvolvimento da auto-aprovação e da auto-aceitação, encorajando-a para uma atitude construtiva,



primeiro para consigo, depois para com os outros e integrando-a, positivamente, num mundo social mais alargado (Maslow, A e Erikson, E., citados por Fontana, 1977).

Se a relação criança/adulto (criança/educadoras), adulto/adulto (educador/pais), criança-/criança (ela/iguais) não for organizada para que esta atmosfera se crie, a primeira traída é a pessoa da criança no seu direito ao reconhecimento valorativo de si própria. Ela tem que sentir que há alguém com quem conta, para sentir que ela, também, conta para alguém, o que reforçará o seu sentimento de ser amada e aceite, condição fundamental para se abrir aos outros (Enderle, C., 1990).

As novas experiências vão alimentar na criança o desejo de ser grande, próprio desta idade, de afirmação. A descoberta do mundo que ela vai conhecendo nas suas múltiplas facetas (físicas, sociais, culturais, éticas, artísticas...) leva-a a uma actividade intensa, expressão do impulso para crescer, para explorar tudo o que se passa à sua volta (no jardim de infância, na família, na comunidade, na natureza) (Montessori, M., Decroly, °, Dewey, J., Piaget, J., Bruner, J.).

O pensamento nascente e a linguagem, tanto quanto a acção, alimentam-se do que se procura, do que se partilha, do que se faz, do que se escreve, do que se sente, do que se diz, do que se quer... As experiências cognitivas, sublinha-se, são igualmente afectivas e sociais. Não há conhecimento sem emoção (Kamii, C., s. d., Bruner, J., 1983, Piaget, J., 1972).

Assim, a experiência organizada que o Educador promove com os ingredientes vitais, jogo e linguagem, vai desenvolver na criança novas competências para se relacionar com o mundo exterior e objectivo, e com o mundo interior dos pensamentos e dos sentimentos (Marlieu, Ph., Vandenplas/Holper, C., 1983).

Na relação dos intervenientes já anteriormente situada (criança/criança, criança/adulto, adulto/adulto), está porém a chave desse envolvimento e, por isso, pais e educadores são chamados a abrir essas janelas para o mundo e a sentirem-se, também, a descobrir novas formas de ver, através da criança, das questões que ela põe, dos obstáculos que não compreende, das verdades que procura, da coerência que deseja para se sentir encorajada para novos desafios (Elkind, D., 1972).

O apreço e o reconhecimento são fontes de energia para prosseguir essa afirmação da sua identidade (Fontana, D., 1991).

A atitude positiva, optimista, alimenta as suas potencialidades, as expectativas positivas de pais e educadores, o apreço recíproco geram relações de encorajamento pessoal.

O sucesso é legítimo e necessário, como a frustração razoável também é. Saber o que já se conseguiu e o que ainda se pode conseguir, ajuda a criar a consciência da própria



participação na aprendizagem. O dizer sim ou não, no contexto oportuno e numa atitude correcta é fundamental à diferenciação das competências e à evolução da auto-imagem positiva (Rosenthal, R., citado por Sprinthall, N e Sprinthall, R., 1993).

Aos pais e aos educadores profissionais cabe a organização concertada desta intervenção.

A responsabilidade reclama condições para a criança conquistar a sua independência pessoal. O exercício da liberdade passa pela criança se sentir responsável. No momento do desenvolvimento em que ela quer ser grande, repetimos, a oportunidade de responder por aquilo que faz (de bem ou de mal) é uma referência indispensável ao seu processo de afirmação.

A aposta da família/jardim de infância em garantir experiências suficientes e graduadas do exercício da responsabilidade, favorece a autonomia e a cooperação. As crianças, sem dúvida, precisam de estruturas orientadoras e de regras (o que pode e o que não pode) e das suas razões.

O partilhar da vida quotidiana da família/jardim de infância permite-lhes o conhecimento dos valores, das preocupações, das aspirações que se vivem e, por isso mesmo, ajudam-nas a situar-se face a si e aos outros, nas ideias do bem e do belo, da fraternidade e da justiça, da lealdade e do compromisso, da autenticidade e da liberdade do bem e do belo, da fraternidade e da justiça, da lealdade e do compromisso, da autenticidade e da liberdade (Kolberg, L., Gorbarino, J., e Bonfenbrenner, U., citados por Sprinthall, N, e Sprinthall, R., 1993).

É no viver que isto tem que acontecer e esta primeira experiência social alargada, o jardim de infância, é fundamental para as outras que se vão seguir no percurso do seu desenvolvimento pessoal.

De relevar que a imitação e identificação são processos fundamentais no despertar de uma consciência moral, ajudando a construção de sentimentos orientados por uma matriz de regras que são interiorizadas.

O exercício da autoridade não é tarefa fácil, sobretudo quando as fontes de referência, face ao que é certo e ao que é errado, são múltiplas. A escola paralela constitui uma realidade que não pode ser ignorada no âmbito da construção de valores.

A criança na sua afirmação própria e na conquista da sua autonomia, ensaia comportamentos desafiadores, o que mais reforça a necessidade de coerência por parte dos adultos mais próximos, para que possa ir construindo o seu juízo crítico em relação a si, aos acontecimentos, às pessoas (Erikson, E., 1971); Fontana, D., 1977; Delmine, R., Vermeulen, S., 1983)

Deolinda Botelho.
In Jardim de Infância/Família — Uma Abordagem Interactiva. (1994) ME. DEB.



MÓDULO I — TEXTOS E MATERIAIS DE APOIO

DOCUMENTO 5*

Adquirindo o Sentido do Eu

Conhecendo o seu corpo



* Utilizável em transparência.



MÓDULO I — TEXTOS E MATERIAIS DE APOIO

DOCUMENTO 6*

Adquirindo o Sentido do Eu

Eu era a Mãe



* Utilizável em transparência.



MÓDULO I — TEXTOS E MATERIAIS DE APOIO

DOCUMENTO 7*

Adquirindo o Sentido do Eu

Fantasiar-se de outra pessoa diverte e ajuda a criança a compreender a realidade



* Utilizável em transparência.



MÓDULO I — TEXTOS E MATERIAIS DE APOIO

DOCUMENTO 8*
Adquirindo o Sentido do Eu
Aprendendo a usar diferentes linguagens



* Utilizável em transparência.

DOCUMENTO 9

Educar para a Cidadania, Algumas Considerações

“Desde a educação pré-escolar, não basta aprender, é necessário compreender e saber usar o que se aprende, é preciso que cada criança desenvolva todas as suas capacidades e a sua personalidade, aprendendo regras de convivência social que reforcem a sua integração e a sua autonomia”

ME — Educação, Integração, Cidadania, Março 1998

O desafio que se coloca hoje à educação é a formação do indivíduo consciente da sua identidade pessoal, distinta, decisora, construída nas relações de interdependência com os outros e com o seu meio, inseridos nos seus contextos sociais.

No relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI no seu capítulo — **participação democrática — educação cívica e práticas de cidadania**, aponta-se para a necessidade de aprender a viver juntos com um sentido e um projecto de sociedade pelo que se torna imprescindível que cada pessoa, ao longo de toda a vida, adquira a capacidade de participar activamente num projecto de sociedade em ordem ao Bem Comum.

Deste modo, a escola básica, logo desde a educação pré-escolar, terá de constituir-se num modelo de prática democrática que leve os alunos a compreender, a partir de experiências concretas, quais são os seus direitos e os seus deveres e de como o exercício da autonomia e da liberdade individual implicará o respeito pela autonomia e liberdade dos outros.

A intencionalidade educativa orientadora da organização curricular e extra-curricular, tanto na dimensão disciplinar como transdisciplinar, terá de ter presente que as aquisições de competências de vida que contribuem directamente para o desenvolvimento de atitudes respeitadoras dos direitos e deveres inerentes ao “crescer cidadão” se faz em toda a vivência escolar, implicando contudo, uma metodologia activa/participativa centrada nos interesses e necessidades dos alunos, através das múltiplas oportunidades para o exercício prático da participação, da cooperação, de tomada de decisões, de expressão de opinião, e de tolerância face a diferentes opiniões.



A aprendizagem da autonomia e a solidariedade constituem “alimento” ao exercício da cidadania, aprendem-se a cada instante, na família, nas aulas e fora delas, na participação da organização da vida escolar, no estudo e na aprendizagem tanto da língua portuguesa como da matemática ou das ciências, nas actividades desportivas, nos tempos livres, no convívio e nas regras que o orientam.

Analisando-se os princípios educativos enunciados na Lei de Bases (Lei 46/86/88), sob a perspectiva da educação para a cidadania encontram-se expressões que “sustentam” a acção educativa, tais como:

- *O desenvolvimento pleno e harmonioso dos indivíduos*
- *A formação de cidadãos autónomos e solidários*
- *O desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias*
- *A justa e efectiva igualdade de oportunidades*
- *A solidariedade entre os povos*

Os princípios enunciados apoiam-se numa filosofia alicerçada em valores universalmente aceites e consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, e têm constituído orientação nas políticas educativas do Sistema Educativo Português expressas quer no Pacto Educativo de Futuro (ME, 1996) quer no documento Orientador das políticas educativas para o Ensino Básico **Educação, Integração, Cidadania** de Março, 1998.



DOCUMENTO 10*

Os Direitos das Crianças

Toda a criança, todo o jovem, todo o homem tem de cumprir os seus DEVERES para ser digno dos seus DIREITOS.

A criança tem direito:

A protecção especial		A serem-lhe dadas oportunidades e facilidades a fim de lhe facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social
	A crescer e a criar-se com saúde	
A amor e compreensão		A não ser discriminada por motivo de raça, cor, sexo, religião, língua, origem e posição social
	A cuidados especiais das autoridades, se não tiver família	
A brincar e a divertir-se		A ser a primeira, em quaisquer circunstâncias, a receber protecção e socorro
	A não ser empregada antes de uma idade mínima conveniente	

* Utilizável em transparência.

(continua)



(continuação)

	<p>A ter um nome e uma nacionalidade</p>	
<p>A alimentação, habitação, recreação e assistência médica</p>		<p>A tratamento, educação e cuidados especiais se for incapacitada física ou mentalmente</p>
	<p>A ser criada, com os pais, num ambiente de afecto e segurança</p>	
<p>A ser protegida contra a discriminação racial, religiosa ou qualquer outra</p>		<p>A receber educação gratuita e obrigatória pelo menos no grau primário</p>
	<p>A ser protegida contra quaisquer formas de negligência, crueldade e exploração</p>	
<p>A ser criada num ambiente de compreensão, de tolerância, de amizade entre os povos, de paz e de fraternidade universal</p>		<p>A que o seu esforço e a sua aptidão venham a ser postos ao serviço dos seus semelhantes</p>

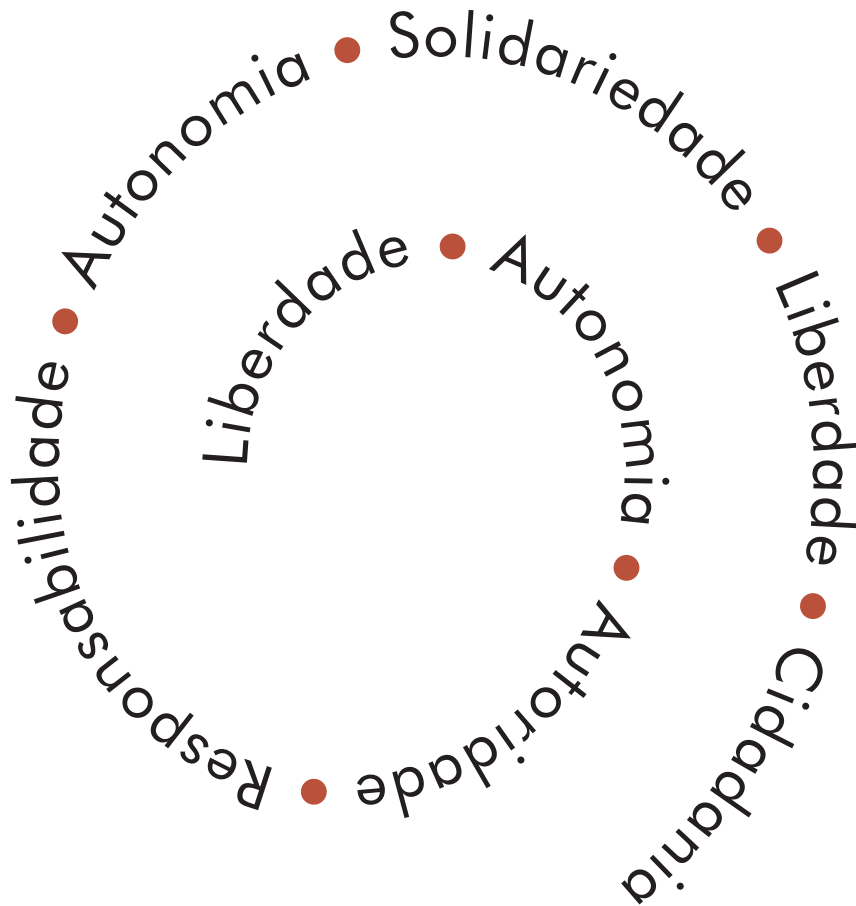
"Boletim — Crianças",
n.º 1, Março 79 — V Série (adaptado)



MÓDULO I — TEXTOS E MATERIAIS DE APOIO

DOCUMENTO 11*

Educar para a Cidadania — Os Nossos Valores



“É imprescindível que cada pessoa, ao longo de toda a vida, adquira capacidade de participar activamente num projecto de Sociedade em Ordem ao Bem Comum.”

In — Educação — Um Tesouro a Descobrir, Relatório da Unesco.

* Utilizável em transparência.



DOCUMENTO 11a

A Liberdade como um Valor — Tópicos para Reflectir

Liberdade é uma palavra muito usada que exprime o desejo tão de direito de cada um se assumir na sua individualidade.

Existem diferentes modos de definir *liberdade*, mas o mais importante é que cada um se aproprie pouco a pouco do verdadeiro conceito de liberdade. Esta apropriação vai acontecendo ao longo da vida, ao mesmo tempo que se vai adquirindo a competência para agir por escolha própria, em consciência, depois de reflexão e independentemente de forças coercivas.

A Liberdade é um valor máximo, no qual assentam outros valores: respeito pela vida, respeito por nós mesmos, respeito pelo outro, a solidariedade, a interioridade e a democracia.

Educar para a liberdade implica: acreditar na liberdade como valor essencial a promover; ajudar a criança a adquirir a competência para saber ser livre.

Como se educa uma criança para a liberdade?

- Pelo exercício equilibrado da autoridade (de pai, de mãe, de educador, de adulto);
- Pela vivência tranquila da ordem e das regras (disciplina);
- Criando um ambiente tranquilo, sem ansiedades e opressões;
- Deixando-lhe os movimentos livres desde bebé;
- Dando espaço para a criança ser criança sem medos inúteis;
- Criando ao longo do dia muitas oportunidades de escolha, de opção e decisão;
- Associando a criança progressivamente à tomada de decisões aliadas a algumas responsabilidades, (*tendo o cuidado pelo que a criança se possa realmente responsabilizar, numa determinada idade*);
- Optando, tanto quanto possível, por vida ao ar livre, de modo a que a criança possa contactar com espaços abertos e amplos;
- Promovendo a educação da sensibilidade nas mais variadas circunstâncias.

Liberdade “versus” Autoridade?

Vive-se com esse binómio todos os dias, desde o levantar ao deitar. “Tenho a liberdade de descansar!..... Mas o relógio despertador é uma autoridade”!



Ora, educar significa formar uma boa e correcta ideia das coisas que a vida contém e depois saber adequar as aprendizagens que fizemos aos comportamentos de todos os dias, regulando de acordo com as circunstâncias e as necessidades.

Veja-se, por exemplo, a autoridade como um valor ligado à competência e ao poder de ser pai e ser mãe.

A competência de se ser pais, comporta um valor indiscutível que se vem transmitindo de geração em geração.

Desde o princípio da humanidade que a autoridade dos mais velhos conduz e orienta os filhos.

A autoridade está ligada à comunicação dos saberes, das crenças e dos valores que se transmitem.

As crianças ficam fascinadas com os saberes dos pais, dos mais velhos e dos seus heróis.

A comunicação dos saberes — o ensino, quando bem feito, constitui verdadeira fonte de autoridade.

A autoridade é um bem ao serviço da liberdade de cada um, na medida em que forma e orienta sobre o que é bem e o que não é bem e na medida em que regula “as liberdades” para todos.

Costuma dizer-se que ***a tua liberdade termina onde começa a dos outros.***

É por isso que o exercício da autoridade é tão difícil.

A verdadeira autoridade é natural e firme. Alimenta-se da força interior, é uma consequência do equilíbrio físico e psíquico, da maturidade afectiva, da sabedoria das coisas e do bom senso.

As crianças captam estas qualidades intrínsecas à pessoa que exerce a autoridade, e o contrário também.

Todos nós temos a experiência de contactos com pessoas a quem naturalmente respeitamos e outras que não.



Por exemplo: para além da autoridade que é conferida ao educador/professor/animador as crianças vão-lhes reconhecendo e atribuindo autoridade à medida que estes se vão constituindo em pontos de referência de segurança, de confiança e de saberes.

Há no nosso dia-a-dia (na família, na escola, nos serviços públicos, nas estradas, nas cadeias, no trabalho) muito abuso de autoridade e a isso chama-se autoritarismo/despotismo, tendo normalmente características impositivas e coercivas.

É importante compreender que esse abuso normalmente esconde fraqueza, baixa auto-estima ou soberba, medos, ignorância, cansaço, depressões e ofensas recalçadas. Os modelos reproduzem-se “já assim fizeram comigo”...

O exercício da autoridade nunca dá o devido resultado quando é mascarado. Não tem a ver com voz grossa, com ameaças, castigos, rigidez de gestos e distanciamento. Pode funcionar aparentemente, mas reproduz-se o modelo e gera agressividade.

Portanto a autoridade em si é um **Bem**, a questão está no modo como se exerce.

Tanto a liberdade como a autoridade levantam a questão da obediência.

É indiscutível que as crianças (todas as pessoas) têm de aprender a obedecer. Mas é condição igualmente importante perceber o porquê dessa necessidade.

A obediência tem de ser apreendida pelas crianças como sendo um bem que as vai proteger a elas, aos irmãos, aos pais. Também vai consolidar hábitos importantes para os fazer crescer. Sem obediência não era possível viver com ordem e com segurança, as pessoas não se entendiam.

O importante é que ela, criança, perceba, na experiência de obedecer, que o poder de tirar e dar dos pais ou dos mais velhos, não é feito ao sabor da onda ou do desejo de quem tem o poder e o usa a seu belo prazer. Quando isso acontece as crianças sentem-no como injustiça — o que as afecta muito, transformando-se em sentimentos de revolta.

Às vezes é preciso ser impositivo, mesmo a contra-gosto, sobretudo quando se trata do cuidado com a vida e com a saúde.

A questão da obediência prende-se com a **disciplina**, que tem a ver com a ordem das coisas, com as regras, com os hábitos, com os métodos.



A disciplina é apenas o fio condutor do relacionamento (pai e filho, mãe e filho, professor/educador/animador/aluno), que é estruturante do carácter, tecido desde o nascimento, até ser jovem adulto. A disciplina “respira-se” no ambiente em que a criança vive. Portanto, há cuidados a ter desde o início, como por exemplo: o clima que se cria no quarto, na casa, no banho a horas, no mudar as fraldas, no tempo de repouso e de brincar, no vestir, no dar as explicações necessárias e no tom com que se dá.

Tem a ver também com o ritmo e a cadência do “estar” com as crianças, de lhes contar as histórias e cantilenas.

Portanto, a disciplina prende-se com o ritmo, com um tempo e um lugar para cada coisa. Logo, o importante para a educação na base da verdadeira disciplina, é criar um clima-ambiente saudável e tranquilo.

Responsabilidade/Autonomia

A responsabilidade bem como a autonomia vão se adquirindo como consequência da liberdade e do sentido de autoridade com que fomos orientados. É um valor que se vai traduzindo nos comportamentos de forma progressiva ao longo da vida. Aos poucos as crianças vão aprendendo a decidir e pensar por si, embora sabendo ouvir e atender à opinião dos outros.

O papel dos pais e dos adultos com funções educativas é estimular, dar confiança, criar oportunidades para que a criança possa fazer escolhas, assumir responsabilidades e adquirir o gosto pela independência de forma equilibrada. É importante ter em atenção que há responsabilidades e responsabilidades. As crianças têm graus diferentes de capacidades para adquirirem a competência da responsabilização.

Conhecem-se crianças de 4/5 anos que são capazes de fazer um recado sozinhos e decidir que roupa vestir. Conhecem-se adultos que não vão sozinhos às compras, por não saber que opções fazer.



DOCUMENTO 11a₁ Exemplo de Abordagem da Discussão de Valores⁽¹⁾

Objectivos

Demonstrar que o conceito de valores varia de acordo com as pessoas.
Conscientizar os membros participantes sobre o problema de valores diferentes.

Tamanho do Grupo

Oito a dez pessoas, podendo fazer-se o exercício com vários subgrupos, simultaneamente.

Tempo Requerido

Vinte e cinco minutos, aproximadamente.

Material Exigido

- Papel em branco, lápis e caneta.
- Redacção de três frases.

Ambiente Físico

Uma sala suficientemente ampla, com cadeiras, para acomodar todos os membros participantes.

Processo

- I. O animador explica inicialmente o exercício e a seguir distribui uma folha com frases para cada membro, para que possa escolher uma, de entre as três que achar mais importante. As três frases podem ser, por exemplo:
 - Ser livre é o maior bem
 - Livrar-se das normas e das leis
 - Ser cidadão participativo.

(1) Adaptação de Exercícios Práticos de Dinâmicas de Grupos de Silvino José Fritzne — Ed. Vozes. Pág.41.



- II. Feita a escolha, formam-se subgrupos, juntando-se os membros de acordo com a escolha feita. Aqueles que escolheram, por exemplo, a primeira frase como sendo a mais importante, irão discutir as razões desta importância. Assim, formam-se subgrupos semelhantes, para cada combinação de frase.
- III. Após uns dez minutos de discussão, forma-se o plenário, para expor a todos os participantes as razões da escolha de tal ou qual frase.
- IV. No final, haverá um momento para depoimentos sobre a experiência vivida no exercício.

Outros Tipos de Frases

Conforme os valores que se deseja abordar, exemplo:

- Ser solidário com as outras pessoas
- Preparar os outros para saber obedecer
- Ser chefe é o maior objectivo
- Fazer o que for moralmente correcto
- Formar a consciência para o Bem



Módulo II
Textos e Materiais de Apoio
Relações de cooperação entre os intervenientes da comunidade educativa

63

DOCUMENTO 1
Quem sou, Como Cresço na Escola

64

DOCUMENTO 2
Provérbios

65

DOCUMENTO 2a
Provérbios

66

DOCUMENTO 2b
Provérbios

67

DOCUMENTO 3
Conceito de Participação

68

DOCUMENTO 3a
Cooperação

69

DOCUMENTO 3b
Equipa

70

DOCUMENTO 4
Imagens/Situações de Desempenho

76

DOCUMENTO 5
Comunicar — O que é o Dialogo?

77

DOCUMENTO 5a
É Preciso Criar Laços

78

DOCUMENTO 5b
A História do Martelo

79

DOCUMENTO 6
Recursos desiguais
(Tarefa Jogo)



MÓDULO II — TEXTOS E MATERIAIS DE APOIO

DOCUMENTO 1*

Quem sou, como cresço na escola



Adaptação do livro *Desenvolvimento Pessoal e Social* de TOJO, C; TAVARES, I.; ABREU, I.

* Utilizável em transparência.



DOCUMENTO 2

Provérbios

Lista de Provérbios Seleccionados

- "Uma mão lava a outra e as duas lavam o rosto"*
"Quem meus filhos beija minha boca adoça"
"Grão a grão enche a galinha o papo"
"Muitos poucos fazem muitos"
"Bem Prega Frei Tomás, Faz o que ele diz e não o que ele faz"
"Quem tem boca vai a Roma"
"Do longe se faz perto"
"A Palavras loucas orelhas moucas"
"O trabalho do menino é pouco mas quem o perde é louco"
"O Sol quando nasce é para todos"

Jogo

Escrevem-se os provérbios (separados por metades) em tiras de cartolina, com letra bem visível.

Distribui-se a cada participante, aleatoriamente, a metade de um provérbio.

A um sinal, um dos jogadores lê alto a frase que tem em seu poder, sendo logo a seguir completada por um outro jogador que identifique o provérbio. Juntam-se as duas partes e colocam-se em quadro bem visível.

No final elegem-se os provérbios que mais se relacionam com o tema a tratar, constituindo ponto de partida para a reflexão conjunta sobre a importância da comunicação e da cooperação entre as pessoas.



MÓDULO II — TEXTOS E MATERIAIS DE APOIO

DOCUMENTO 2^a*
Provérbios

*O Sol quando nasce
é para todos.*



* Utilizável em transparência.



MÓDULO II — TEXTOS E MATERIAIS DE APOIO

DOCUMENTO 26*

Provérbios

*Uma mão lava a outra
e as duas lavam o rosto.*



* Utilizável em transparência.



DOCUMENTO 3*

Conceito de Participação

Etimologicamente o termo participar deriva do latim *participare* e significa fazer participar, compartilhar, pôr à disposição, repartir, ter a sua parte (Machado, 1952).

Parece poder dizer-se que *"a participação enquanto finalidade dirige-se a todo o homem em sociedade..., requerendo acções voltadas a desenvolver valores, atitudes e habilidades capazes de gerar... um comportamento expressivo e ainda a implementar e accionar ao nível das estruturas e organismos, fluxos de relações e canais de informações de participação"* (Falcão, 1979, p.25). Neste sentido, a participação é enfatizada como a expressão de *"vida física, mental e espiritual do Homem"* (Falcão, p.25), tão necessário a um desenvolvimento humano — social.

A participação poderá ser entendida em muitos sentidos: *"participar é colher parte da vida social que lhe corresponde"*, é necessário sentir necessidade de participar, que haja um problema que tem que ser resolvido, *"falta nas pessoas confiança para participar"*, *"a participação exige ser feita em associação ou grupo"*, *"o fundamental é que as pessoas participem, que determinem elas o modelo de organização que desejam. Participar é organizar-se"*, *"falar de participação requer falar de comunicação"*. (Alonso, p. 5).

* Utilizável em transparência.



DOCUMENTO 3a*

Cooperação

Cooperação quer dizer:

Trabalhar (operar em conjunto) para o mesmo fim. Trabalhar em cooperativa significa trabalhar em unidade com outros para obter resultados importantes para todos.

Há ditados populares que nos ensinam:

“Uma mão lava a outra e as duas lavam o rosto”

“A unidade faz a força”

A primeira forma de cooperar é querer aprender.

Cooperação implica diálogo, falando uns com os outros desanuviam-se as dúvidas e encontram-se soluções.



* Utilizável em transparência.

DOCUMENTO 36*

Equipa

Um grupo de pessoas que estão juntas para o desempenho de uma tarefa.

Não fazem todas a mesma coisa, não têm o mesmo papel. Os graus de responsabilidade e de poder são diferentes. Mas todos dependem uns dos outros para cumprir bem a tarefa e atingir o objectivo que pretendem.

Para o trabalho é indispensável:

**Cooperação, Entreaajuda, União
Relações de Confiança
Sentido de Responsabilidade
Diálogo**



* Utilizável em transparência.



MÓDULO II — TEXTOS E MATERIAIS DE APOIO

DOCUMENTO 4*

Imagens/Situações de Desempenho

ASSUNTO:

Conjunto de 10 fotografias sobre algumas situações de desempenho dos auxiliares e animadores, na relação com as crianças, com a equipe e com as famílias.

Objectivos:

Constituir “mote” para despoletar conversação sobre as atitudes relacionais na escola e nas equipas de trabalho.

Destinatários:

Formadores e Formandos das Acções de Formação para Pessoal Auxiliar/Assistentes de Acção Educativa e Animadores.



MÓDULO II — TEXTOS E MATERIAIS DE APOIO

DOCUMENTO 4*

Imagens/Situações de Desempenho



* Utilizável em transparência.



MÓDULO II — TEXTOS E MATERIAIS DE APOIO

DOCUMENTO 4*

Imagens/Situações de Desempenho



* Utilizável em transparência.



MÓDULO II — TEXTOS E MATERIAIS DE APOIO

DOCUMENTO 4*

Imagens/Situações de Desempenho



* Utilizável em transparência.



MÓDULO II — TEXTOS E MATERIAIS DE APOIO

DOCUMENTO 4*

Imagens/Situações de Desempenho



* Utilizável em transparência.



MÓDULO II — TEXTOS E MATERIAIS DE APOIO

DOCUMENTO 4*

Imagens/Situações de Desempenho



* Utilizável em transparência.



MÓDULO II — TEXTOS E MATERIAIS DE APOIO

DOCUMENTO 5*

Comunicar

O Que é o Diálogo?

Dialogar não é ter uma conversa. É mais do que ter uma conversa. Também não é uma discussão ou um debate. É mais do que tudo isto. Deve ser uma *comunicação de qualidade*. Com o diálogo não vamos convencer ninguém; vamos fazer-nos compreender. Também não vamos ser convencidos por ninguém; vamos ter de compreender o seu ponto de vista.

No diálogo não se convence o outro, expomos os nossos pontos de vista esperando ser compreendidos, por isso esperamos que o outro se coloque na nossa pele. E o outro espera o mesmo de nós: que nos coloquemos no seu lugar e tentemos considerar e entender a sua opinião.

Um diálogo serve para escutar e compreender pontos de vista, que podem ser diferentes ou mesmo opostos.

Adaptação do livro *Desenvolvimento Pessoal e Social*
de TOJO, C; TAVARES, I.; ABREU, I.

* Utilizável em transparência.

DOCUMENTO 5a*

É Preciso Criar Laços

- Quem és tu? Disse o príncipezinho.
És bem bonita...
- Sou uma raposa, disse a raposa.
- Anda brincar comigo, disse a raposa. Ainda ninguém me cativou.
- Que significa cativar?
- É uma coisa de que toda a gente se esqueceu, disse a raposa.
Significa “criar laços”.



Antoine Sant-Exupéry, O PRINCIPEZINHO.

É Preciso Manter os Laços

- Que Fazer para Cativar?
- Que Fazer para Manter os Laços?
- Que Fazer para Lembrar os Laços?

* Utilizável em transparência.



MÓDULO II — TEXTOS E MATERIAIS DE APOIO

DOCUMENTO 5b

A História do Martelo

Um homem queria pendurar um quadro. Ele já tinha o prego, só faltava o martelo. O vizinho possuía um, e o nosso homem resolveu ir até lá pedi-lo emprestado. Mas ficou na dúvida: “E se o vizinho não quiser emprestar-me o martelo? Ontem ele cumprimentou-me meio secamente. Talvez estivesse com pressa. Mas isso devia ser só desculpa. Ele deve ter qualquer coisa contra mim. Mas porquê? Eu não lhe fiz nada! Ele deve estar a imaginar coisas. Se alguém quisesse pedir-me emprestada alguma ferramenta minha, eu emprestaria imediatamente. Porque será que ele não me quer emprestar o martelo? Como é que alguém pode recusar um simples favor desses a um semelhante? Gente desta laia só complica na nossa vida. Por certo, ele imagina que eu dependo dele só porque ele tem um martelo. Mas, agora, chega!” E correu até ao apartamento do vizinho, tocou à campainha, o vizinho abriu a porta. Mas antes que pudesse dizer “Bom dia”, o nosso homem berrou: “Pode ficar com o seu martelo, seu imbecil!”.



DOCUMENTO 6

Recursos Desiguais (Tarefa/Jogo)

Objectivos

Prover uma oportunidade para observar como os grupos utilizam recursos distribuídos de maneira desigual.

Observar o processo de negociação em andamento.

Tamanho do Grupo

Este trabalho pode ser feito com grupos de 1 a 4 membros. Caso seja necessário formar mais de 4 grupos (máximo de 16 pessoas), o facilitador deve designar como observadores os participantes adicionais.

Tempo Requerido

Aproximadamente 1 hora, dependendo do número e da complexidade das tarefas e da idade dos participantes.

Disposição Física

Mesa e cadeiras para cada grupo, colocadas suficientemente distantes umas das outras de modo que o processo de negociação não seja prejudicado pela observação casual.

Processo

O facilitador pede aos grupos que se reunam e dá, a cada qual, o respectivo envelope, acompanhado da Folha de Instruções.

O facilitador pede aos grupos que não abram os seus envelopes até que lhes diga para fazê-lo. Explica, então que cada grupo tem diferentes materiais, mas exigem-se as mesmas tarefas a todos. Explica, ainda, que podem negociar o uso de materiais e ferramentas de maneira vantajosa para todos. Salienta ainda que o primeiro grupo a completar todas as tarefas será o vencedor.

O facilitador dá sinal de início e procura observar ao máximo o comportamento dos grupos e o processo de negociação em que eles se envolvem, a fim de fornecer *feedback* aos participantes na fase seguinte.



Ao declarar-se o grupo vencedor, o facilitador interrompe o processo e permite aos grupos completarem as tarefas.

Durante as discussões, os participantes fazem observações acerca da utilização de recursos, negociações, cooperação e competição.

Materiais

Tesoura, régua, *clips* de papel, cola, pincéis de feltro (cor preta) e cartolina colorida (seis cores).

Cópia da Folha de Trabalho para cada grupo.

Envelopes grandes, 1 por grupo, contendo o material específico para o grupo. No exemplo abaixo, os envelopes conterão:

- GRUPO 1 — 1 tesoura, 1 régua, 1 caixa de *clips* de papel, 1 lápis, 2 quadrados de cartolina vermelha e 2 de cartolina branca de 8 cm de lado cada.
- GRUPO 2 — 1 tesoura, 1 cola e pedaços de cartolina de 17 x 22 cm (2 verdes, 2 brancas e 2 amarelas).
- GRUPO 3 — 2 marcadores pretos e pedaços de cartolina de 17 x 22 cm (2 verdes, 2 brancas e 2 amarelas).
- GRUPO 4 — Pedaços de cartolina de 17 x 22 cm (1 de cada: verde, amarela, azul, vermelha e laranja).

Folha de Trabalho

Cada grupo deve completar as seguintes tarefas:

1. Construir um quadro de cartolina branca, de 6 x 6 cm.
2. Construir um rectângulo de cartolina amarela, de 4 x 2 cm.
3. Construir uma cadeia de cartolina de 4 elos, cada elo de cor diferente.
4. Construir uma peça em forma de T, com dimensões de 6 x 10 cm., em cartolina verde e branca.
5. Construir uma bandeira de 8 x 8 cm, em 3 cores diferentes (3 cores quaisquer).

O 1.º grupo a completar estas tarefas é o vencedor. Os grupos podem negociar entre si o uso de materiais e ferramentas, de maneira que seja vantajoso para todos.

*in trabalho prático realizado num curso do INA
sobre Formação de Formadores.*



Módulo III

Textos e Materiais de Apoio

Educação Promotora de Saúde

83

DOCUMENTO 1
Alguns Conceitos Básicos em Saúde

86

DOCUMENTO 1a
Áreas Temáticas para a Promoção da Saúde nas Escolas

87

DOCUMENTO 2
Objectivos dos Exames de Saúde

90

DOCUMENTO 3
Plano de Consultas para Crianças dos 3 aos 6 Anos

92

DOCUMENTO 4
Alimentação e Saúde

93

DOCUMENTO 4a
Alimento e Nutrimento

96

DOCUMENTO 4b
Roda dos Alimentos

98

DOCUMENTO 4c
Recomendações para uma Alimentação Saudável

99

DOCUMENTO 4d
O Bufete Saudável - I

100

DOCUMENTO 4d,
O Bufete Saudável - II

101

DOCUMENTO 5

Algumas Doenças Infecto-Contagiosas — Quadro Sinóptico

103

DOCUMENTO 6

Primeiros Socorros

DOCUMENTO 1

Alguns Conceitos Básicos de Saúde

Investir nas crianças e no seu desenvolvimento saudável, beneficia a criança, a família e a longo prazo, traz obviamente benefícios para a sociedade.

Já em 1950 o Comité para os Serviços de Saúde Escolar da OMS, alertava para o facto de que para aprender com eficácia, as crianças precisam de boa saúde.

Para lá de competências académicas, a educação deve também fornecer à criança, conhecimentos e competências relacionadas com a procura do que é vital para o seu bem estar físico, psicológico e social.

Por outro lado, quanto mais cedo for iniciado este trabalho, mais probabilidades existem de que as crianças desenvolvam competências pessoais que lhes permitam optar e conservar pela vida fora, estilos de vida saudáveis.

O Jardim de Infância apresenta-se então como um lugar de eleição para o início de actividades de Promoção e Educação para a Saúde.

Quando se deseja trabalhar em Educação e Promoção da Saúde, deve-se partir da reflexão sobre um conjunto de conceitos básicos que enquadrem esse trabalho.

Não sendo possível num manual desta natureza, reflectir sobre as razões que ao longo dos tempos os fizeram surgir ou variar, apresentam-se aqui os fundamentais:

- Conceito de Saúde;
- Conceitos de Promoção de Saúde e Educação para a Saúde;
- Conceito de Estilo de Vida Saudável;
- Conceito de factores salutogénicos.

SAÚDE, não é apenas a ausência de doença, mas um estado completo de bem-estar físico, mental e social. (O.M.S., 1946)

e **SAÚDE** é também, conforme refere Djours: a capacidade de cada homem, mulher ou criança de criar e lutar pelo seu projecto de vida, em direcção ao bem estar.

Ou segundo propõe Roy: Um estado tal que toda a vida se transforma num constante crescimento.



Se compararmos as três definições anteriores, constatamos que as duas últimas, já da segunda metade do séc. XX, denotam um cariz muito mais abrangente e dinâmico que a da O.M.S.

O conceito de Promoção de Saúde não é mais e há muito, o restrito conceito de Prevenção, que se centrava em estratégias que visavam evitar a doença.

A discussão sobre a natureza da expressão Promoção de Saúde vem de há vários anos, tendo sofrido avanços consideráveis entre 1970 e 1990.

Com a saída dos mais variados escritos (Carta de Ottawa, Recomendações de Adelaide, Carta de Alma-Ata e Carta de Jakarta), este conceito tem sido um dos que mais tem evoluído até aos nossos dias.

Referiremos apenas a definição surgida na célebre Carta de Ottawa (1986), que aponta para:

*Um processo¹ * que permite às populações exercerem um controlo muito maior sobre a sua saúde e melhorá-la. Para conseguir um estadio de completo bem-estar físico, mental e social, o indivíduo ou o grupo deve estar apto a identificar e realizar aspirações, a satisfazer necessidades e a alterar ou lutar contra o meio. A saúde é entendida como um recurso* para o dia a dia e não como a finalidade da vida* .*

Nesta Carta, são ainda realçados cinco aspectos fundamentais que legitimizam a Promoção da Saúde:

- Estabelecer políticas favoráveis de saúde;
- Criar condições ambientais favoráveis;
- Desenvolver as capacidades individuais;
- Fortalecer a acção comunitária;
- Reorientar os serviços de saúde.

Como vemos, é dada grande relevância ao papel e à responsabilidade do indivíduo e da comunidade em geral, relativamente a esse bem que é a saúde.

¹ * Sublinhados da autora.



Uma possível definição do conceito de prevenção é inerente à noção do risco de ocorrência de doença, acidente, incapacidade, deficiência ou qualquer fenómeno indesejado (Downie et all. 1990) e é um conceito que neste momento se encontra a cair em desuso.

Segundo Poulizac (1984):

...a Educação para a Saúde não é a vulgarização do conhecimento médico, nem subproduto da publicidade, mas um impulso à participação efectiva da autogestão da saúde, no contexto das realidades quotidianas e face aos desafios do nosso tempo.

E é importante que se considere o conceito objectivado essencialmente numa perspectiva positiva da saúde e menos para a prevenção.

Tendo em conta os conceitos apresentados anteriormente, temos então de considerar um conjunto de factores que promovem activamente a saúde – são aquilo que se designa por factores salutogénicos (Antonovsky, 1979).

A orientação salutogénica visa o desenvolvimento de factores salutogénicos, ao longo do percurso quer individual quer colectivo, seja qual for o ponto desse percurso e o estado de saúde em que os indivíduos se encontrem, tendo esta orientação como foco as pessoas e não as suas doenças.

A este respeito é importante raciocinar-se sobre o significado de estilos de vida. Quando se fala de estilo de vida fala-se de...

Todos os comportamentos, valores e atitudes que em conjunto compõem um modo de vida.

Quando se fala de estilo de vida saudável, fala-se de...

Tudo o que a pessoa faz relacionado com a saúde e que promove o seu bem estar, agora e no futuro.



MÓDULO III — TEXTOS E MATERIAIS DE APOIO

DOCUMENTO 1a*

Áreas Temáticas

para a Promoção da Saúde nas Escolas

- Relações interpessoais
- Segurança
- Higiene
- Alimentação
- Exercício físico e descanso
- Sexualidade e prevenção do D.S.T.
- Uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas

* Utilizável em transparência.

DOCUMENTO 2*

Objectivos dos Exames de Saúde

- 1. Avaliar o crescimento e desenvolvimento** e registar, nos suportes próprios, nomeadamente no Boletim de Saúde Infantil e juvenil, os dados antropométricos e outros do desenvolvimento físico, bem como parâmetros do desenvolvimento psicomotor, escolaridade e desenvolvimento psicossocial.
- 2. Estimular a opção por comportamentos saudáveis,** entre os quais os relacionados com :
 - A nutrição, adequada às diferentes idades e às necessidades individuais, prevenindo práticas alimentares desequilibradas;
 - a prática regular de exercício físico, vida ao ar livre e em ambientes despoluídos e gestão do stress;
 - a prevenção de consumos nocivos e a adopção de medidas de segurança, reduzindo assim o risco de acidentes.
- 3. Promover**
 - cumprimento do Programa Nacional de Vacinação;

* Utilizável em transparência.



- A suplementação vitamínica e mineral, nas idades e situações indicadas;
- A saúde oral;
- A prevenção de acidentes e intoxicações;
- A prevenção dos riscos decorrentes da exposição solar;
- A prevenção das perturbações da esfera psicoafectiva;

4. Detectar precocemente e encaminhar situações que possam afectar negativamente a vida ou a qualidade de vida da criança e do adolescente, como: malformações congénitas (doença luxante da anca, cardiopatias congénitas, testículo não descido), perturbações da visão, audição da linguagem, perturbações do desenvolvimento estaturó-ponderal e psicomotor, alterações neurológicas, alterações de comportamento e do foro psicoafectivo.

5. Prevenir, identificar e saber como abordar as doenças comuns nas várias idades, nomeadamente reforçando o papel dos pais e alertando para os sinais e sintomas que justificam o recurso aos diversos serviços de saúde.

6. Sinalizar e proporcionar apoio continuado às crianças com doenças crónica/deficiência e às suas famílias, bem como promover a eficaz articulação com os vários intervenientes nos cuidados a estas crianças.



- 7. Assegurar a realização do aconselhamento genético,** sempre que tal esteja indicado.

- 8. Identificar, apoiar e orientar** as crianças e famílias vítimas de violência ou negligência, qualquer que seja o seu tipo.

- 9. Promover a auto – estima do adolescente** e a sua progressiva responsabilização pelas escolhas relativas à saúde. Prevenir situações destrutivas ou de risco acrescido.

- 10. Apoiar e estimular a função parental** e promover o bem – estar familiar.



DOCUMENTO 3

Plano de Consultas para Crianças dos 3 aos 6 Anos

Consulta dos 3 Anos

Peso — pesagem

Estatura — medição

Linguagem — interrogar os pais e observação

Visão — interrogar os pais

Desenvolvimento psico-motor — história e exame físico global, testes específicos em caso de suspeita ou situações de risco

Pressão arterial — medição

Cuidados antecipatórios — temperamento (negativismo, birras, ciúmes, rivalidade, angústia da separação), relacionamento (outras crianças, descoberta), disciplina, desenvolvimento cognitivo, jardim de infância, ensino pré-escolar, prevenção dos acidentes e promoção da segurança (rua, casa), brincar e desenhar, estimular criatividade, suplementação de fluor, escovagem dos dentes, hábitos de ver televisão.

Consulta dos 4 Anos

Peso — pesagem

Estatura — medição

Linguagem — interrogar os pais e falar com a criança

Visão — teste de Sheridan — Gardiner

Audição — interrogar os pais

Desenvolvimento psico-motor — história e exame físico global, testes específicos em caso de suspeita ou situação de risco.

Cuidados antecipatórios — temperamento, relacionamento (outras crianças), disciplina, desenvolvimento cognitivo, prevenção dos acidentes e promoção da segurança (rua, casa), brincar e desenhar, estimular criatividade, suplementação de fluor, escovagem dos dentes com pasta fluoretada, hábitos de ver televisão.

Consulta dos 5/6 Anos

Vacinação — DTP e VAP IV

Prova tuberculina (e eventual revacinação BCG)

Peso — pesagem

Estatura — medição

Pressão arterial — medição

Audição (grupos de risco) — audiograma

Cardiopatias congénitas — exame clínico

Anomalias da postura e da motricidade — observação

Desenvolvimento psicológico — história e exame físico global, testes específicos em caso de suspeita ou situações de risco.

Cuidados antecipatórios — alimentação adequada pequeno-almoço reforçado, desaconselhar ingestão de álcool e de açúcares de absorção rápida, comer legumes e frutos, hábitos de sono, conduta dos pais face à enurese nocturna, temperamento, relacionamento (outras crianças, professores) desenvolvimento cognitivo, preparação da entrada para a escola, prevenção do insucesso escolar, postura na escola e no estudo, prevenção dos acidentes e promoção da segurança (rua, casa, caminho para a escola, quedas, queimaduras, afogamentos), hábitos de ver televisão, brincar e desenhar, hábitos de leitura, suplementação de flúor (articular com eventual programa escolar de administração de flúor na escola), escovagem dos dentes, exercício físico, ar livre, actividades de lazer e estímulo intelectual.

Saúde escolar — preencher os suportes que permitem a ligação adequada com as actividades de Saúde Escolar.

*In DGS — Saúde Infantil e Juvenil
Programa tipo de Actuação. DGS. Lisboa, 1993.*





MÓDULO III — TEXTOS E MATERIAIS DE APOIO

DOCUMENTO 4*

Alimentação e Saúde



Vamos preparar
um futuro melhor

* Utilizável em transparência.



DOCUMENTO 4a

Alimento e Nutrimento

Alimento

- Substância **comestível**.
- Substância **líquida ou sólida** que, quando ingerida, fornece os materiais necessários para o crescimento, funcionamento e reparação do organismo.

Nutrimento

- Substância **contida nos alimentos**.
- Igualmente denominado por **nutriente** ou **princípio nutritivo**.

Cada alimento é formado por um conjunto de substâncias denominadas **nutrimentos**.

Existem **7 classes de nutrimentos**: Proteínas ou prótidos; Hidratos de carbono ou glícidos; Gorduras ou lípidos; Vitaminas; Sais minerais; Fibras alimentares; Água.

Cada **classe de nutrimentos**:

- Desempenha funções diferentes;
- Todas são importantes e insubstituíveis.

Hidratos de Carbono

- Fornecem a energia para o movimento, trabalho e realização de todas as funções do organismo.
- 1g de hidratos de carbono fornece 4 Kcal.

Fontes Alimentares:

- cereais e derivados;
- leguminosas secas;
- tubérculos.



Proteínas

- Responsáveis pelo crescimento, manutenção e reparação do organismo.
- 1g de proteínas fornece 4Kcal.

Fontes Alimentares:

- Proteínas **animais**: leite, iogurte, queijo; carne, peixe, ovos.
- Proteínas **vegetais**: cereais e derivados; leguminosas secas.

Gorduras

- Grandes fornecedores de energia calorífera.
- Protegem contra o frio.
- Transportam vitaminas (A,D,E,K).
- 1g de gorduras fornece 9 Kcal.

Fontes Alimentares:

- Gorduras **animais**: manteiga, natas, banha.
- Gorduras **vegetais**: azeite, óleos, margarinas.

Vitaminas

- Permitem a assimilação dos nutrientes, pelo organismo.
- Regulam muitas das reacções que ocorrem no organismo.
- Não fornecem energia.

Classificam-se em **2 grupos**:

- Vitaminas **hidrossolúveis** (complexo B,C,PP).
- Vitaminas **lipossolúveis** (A,D,E,K).

Fontes Alimentares:

- Hortaliças, legumes, frutos.



Sais Minerais

- Permitem a assimilação dos nutrientes, pelo organismo.
- São materiais de construção do organismo (cálcio, ferro).
- Não fornecem energia.

Fontes Alimentares:

- Leite, iogurte, queijo;
- Hortaliças, legumes, frutos.

Fibras Alimentares

- Nutrimento não absorvido pelo organismo.
- Regulam o funcionamento intestinal.
- Não fornecem energia.

Fontes Alimentares:

Só existem em alimentos **de origem vegetal**:

- Cereais e derivados;
- Leguminosas secas;
- Hortaliças, legumes e frutos.

Água

- Nutrimento em maior quantidade no organismo (65%) do peso.
- Indispensável para o funcionamento das células.
- Transporta nutrientes e outras substâncias no organismo.
- Não fornece energia.

No organismo, **a água provém do exterior** (alimentos sólidos e líquidos) **e de produção interna** (reações).

Fontes Alimentares:

Todos os alimentos **contêm água**.



DOCUMENTO 4b*

A Roda dos Alimentos

Grupo 1:

Leite e equivalentes

Grupo 2:

Carnes, peixes,
ovos e equivalentes

Grupo 3:

Óleos e
gorduras



Grupo 5:

Produtos
agrícolas
e frutos

Grupo 4:

Cereais e derivados, tubérculos
e leguminosas secas

O que nos ensina a roda dos alimentos:

- Comer diariamente alimentos de cada um dos grupos, que fazem parte da roda.
- Comer em maior quantidade os alimentos que se encontram nos grupos maiores (5, 4, 1) e em menor quantidade os alimentos que se encontram nos grupos menores (3, 2, 1) e sempre na proporção dos sectores em que a roda está dividida.
- Variar o mais possível de alimentos dentro de cada um dos grupos.

* Utilizável em transparência.



A Roda dos Alimentos é um modelo educacional no âmbito da Alimentação e Nutrição, desenvolvida em 1977 pela Comissão Interministerial de Educação Alimentar, no âmbito de um acordo Luso- Sueco de cooperação.

A Roda dos Alimentos reúne e preconiza o padrão subjacente à *dieta alimentar mediterrânica*, que é indiscutivelmente o modelo alimentar de excelência, na Europa.

Apesar da passagem dos anos, a Roda continua a ser considerada como um instrumento fundamental da Educação Alimentar e os conceitos que lhe estão subjacentes encontram-se apoiados por investigação científica conclusiva.

Algumas tendências actuais, favorecidas pelos media, apontam para o uso de modelos Americanos de pirâmides alimentares, porém a Roda dos Alimentos continua a merecer o consenso dos maiores especialistas nesta área, em Portugal, estando as instituições com maior responsabilidade neste domínio, atentas a este processo.

Simultaneamente e porque os factores salutogénicos, na prática, não podem ser considerados independentemente uns dos outros, num estilo de vida saudável e dado que a obesidade é um problema de saúde sério e crescente nas sociedades ocidentais, cada vez mais sedentárias, a OMS preconiza a introdução do exercício físico, a par de um regime alimentar correcto.

* Utilizável em transparência.



MÓDULO III — TEXTOS E MATERIAIS DE APOIO

DOCUMENTO 4c*

Recomendações para uma Alimentação Saudável

- Iniciar o dia sempre com um **verdadeiro primeiro-almoço**.
- Realizar **5 a 6 refeições/dia**, com intervalos não superiores a 3h.
- **Não** comer **muito** numa só **refeição**.
- **Aumentar** o consumo de leite, cereais completos, leguminosas, hortaliças, legumes e frutos.
- **Diminuir** o consumo de sal, gorduras e açúcar.
- Beber **água** em **abundância**.
- **Moderar** o consumo de bebidas alcoólicas. **Proibidas** para crianças, adolescentes, grávidas e aleitantes.
- **Variar** o mais possível de **alimentos**.

* Utilizável em transparência.



DOCUMENTO 4d*

○ Bufete Saudável — I

Alimentos e bebidas a promover

- **Leite** — simples ou aromatizado com cevada, cacau, chocolate, canela... — sem adição de açúcar.
- **logurte** — natural ou aromatizado, líquido ou sólido — sem adição de açúcar.
- **Sumos de fruta** naturais ou industriais.
- **Pão** — feito a partir de farinhas mais escuras e com pouco sal — ex: pão de mistura, sêmea.
Pão **com...** manteiga, queijo, requeijão, fiambre, ovo cozido, omelete, atum, carne — frango, peru, porco, vaca — cozida ou assada, presunto, salpicão... **enriquecido** com vegetais crus — alface, cenoura ralada, tomate...
- **Ovo** cozido.
- **Bola** de carne.
- **Fruta da época** — inteira e em batidos de leite.
- **Bolos com pouco açúcar e gordura**, queques, bolos de arroz, fogacinhas, arrufadas e outros
- **Bolachas pouco doces.**
- **Chocolates de leite** — sem recheio.

* Utilizável em transparência.

In Franchini B., Afonso C., Silva T. "Manual para cursos de manipuladores de alimentos nas escolas". DEB/NOPAE. Lisboa, 1995.



MÓDULO III — TEXTOS E MATERIAIS DE APOIO

DOCUMENTO 4d₁^{*} O Bufete Saudável — II

Alimentos e bebidas **a despromover**

- **Rissóis**
- **Croquetes**
- **Bolinhos de bacalhau e outros fritos**
- **Batatas fritas**
- **Tiras de milho** e semelhantes
- **Salsichas**
- **Fiambrino**
- **Mortadela**
- **Margarina**
- **Pastéis** folhados
- **Bolos** com creme
- **Bolachas** doces
- **Chocolates** com recheio
- **Pipocas** doces
- **Gelados** corados artificialmente
- **Rebuçados, caramelos, chupas, pastilhas elásticas, go-mas de mascar** doces e coradas,...
- **Refrigerantes e néctares**
- **Bebidas com cola**

* Utilizável em transparência.

In Franchini B., Afonso C., Silva T. "Manual para cursos de manipuladores de alimentos nas escolas". DEB/NOPAE. Lisboa, 1995.



DOCUMENTO 5

Algumas Doenças Infecto-Contagiosas — Quadro Sinóptico

Nome	Agente Etiológico	Forma de Contágio	Prevenção
Gripe	Vírus	Pelo ar, tosse, espirros.	<p>Vacinas:</p> <p><i>Obrigatória</i> para grupo c/ alto risco:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Adulto c/ doenças crónicas; • Crianças c/doenças crónicas; • Idosos > 65 anos. <p><i>Aconselhada:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Grupo sócio-profissionais da Saúde, indústria, polícias, bombeiros, emp. limpeza, etc.
Tuberculose	Bactéria	Contacto estreito c/ doentes de T.P. — não estar vacinado.	Vacina — BCG (nascimento ou após). Pr. Mantoux (periódica).
Sarampo	Vírus	Contacto c/ portador.	Vacina
Varicela	Vírus	Contacto c/ doente no período de incubação.	Vacina
Herpes Labial	Vírus	Contacto directo c/portador.	Não há vacina. Evitar contacto.
Hepatite A	Vírus	Via entérica. Água. Mãos e alimentos mal lavados.	Medidas higiénicas correctas — mãos e alimentos. Tratamento de fossas sépticas. Não regar hortas c/ água das fossas.

(continua)



(continuação)

Nome	Agente Etiológico	Forma de Contágio	Prevenção
Hepatite B	Vírus	Via Parentérica. Sexual. Proc. Cirúrgicos. Injectáveis.	Vacina injectável. Sexo sem penetração ou c/ preservativo.
SIDA	Vírus	Contacto c/ sangue infectado seringas, objectos cortantes. Contacto sexual c/ portador.	Não há vacina. Evitar transmissão durante a gravidez. Sexo sem penetração ou c/ preservativo. Fidelidade.
Parótidite (trasorelho, papeira)	Vírus	Contacto c/ portador doente.	Vacina
Rubéola	Vírus	Contacto c/ portador doente.	Vacina
Pediculose	Parasita (piolho)	Má higiene. Contacto c/ portador. Pentes comuns.	Boa higiene.
Tinha	Fungo	Má higiene. Contacto c/ portador (animal/humano).	Boa higiene.
Escabiose (sarna)	Parasita	Má higiene. Contacto c/ portador. Roupas sujas.	Boa higiene.
Gastroenterite (diarreia)	Bactéria Vírus Outros	Alimentos mal lavados. Água. Leite não pasteurizado. Alimentos crus. Leite mal armazenado. <i>Fast Food</i> .	Não há vacina. Medidas higiénicas e dietéticas correctas.



DOCUMENTO 6*

Primeiros Socorros

Princípios Gerais do Socorrismo

P

revenir



A

lertar

S

ocorrer



Adaptação do Manual "Curso de Socorrismo"
da Cruz Vermelha Portuguesa.

* Utilizável em transparência.



Módulo IV
Textos e Materiais de Apoio
Organização e Gestão do Jardim de Infância

107

DOCUMENTO 1
Como Nasce uma Escola

108

DOCUMENTO 2
Um Novo Conceito de Escola

109

DOCUMENTO 2a
O que diz Paulo Freire

110

DOCUMENTO 3
Projecto Educativo

111

DOCUMENTO 3a
Autonomia das Escolas

112

DOCUMENTO 4
Organigrama do Ministério da Educação

113

DOCUMENTO 5
Centro da Área Educativa

114

DOCUMENTO 6
Inter-relações na Comunidade Educativa

115

DOCUMENTO 7
Princípio Geral e Objectivos Pedagógicos da Educação Pré-Escolar

116

DOCUMENTO 8
Objectivos da Educação Pré-Escolar

117

DOCUMENTO 9

O que é o Jardim de Infância?

118

DOCUMENTO 10

1.ª Etapa

120

DOCUMENTO 11

Funções dos Intervenientes — Educadora de Infância

121

DOCUMENTO 11a

Funções dos Intervenientes — Auxiliar de Acção Educativa

122

DOCUMENTO 11b

Animador



MÓDULO IV — TEXTOS E MATERIAIS DE APOIO

DOCUMENTO 1*

Como Nasce uma Escola

Nasce todos os dias
Com a envolvimento de todos
Com diversos desenvolvimentos
Para que Serve a Escola?
Aprender a conhecer
Aprender a fazer
Aprender a viver juntos
Aprender a ser

*Texto adaptado do livro Desenvolvimento Pessoal e Social
de TOJO, C.; TAVARES, I.; ABREU, I.*

* Utilizável em transparência.

DOCUMENTO 2*

Um Novo Conceito de Escola

Referências sobre o Processo de Educação Hoje

Tomando como referência o pensamento de Paulo Freire:

“Ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho os homens educam-se entre si mediatizados pelo mundo”

Entendemos a educação numa perspectiva de reciprocidade de relações e de responsabilidade partilhada.

Hoje a concepção de escola que temos pode representar-se sob a forma circular, representando o entrecruzar da actividade curricular da responsabilidade do docente com outras formas de participação de outros intervenientes educativos, quer do estabelecimento quer da comunidade.

Esta imagem de escola ajuda-nos a ter presente a importância de todas as interacções entre quem ensina e quem aprende, quem educa e é educado, bem como a forma como a aprendizagem se processa.

Na educação da criança todos intervêm com o seu saber, com a atitude e com o exemplo.

As crianças educam-se e desenvolvem-se conforme o ambiente, as relações que se tecem à sua volta, e o quanto elas, também, são intervenientes no seu processo de crescimento.

É neste quadro que a cooperação da família com a escola é alvo de maiores cuidados, e lhe é atribuído um grande poder de parceria educativa na instituição pré-escolar e escolar.

* Utilizável em transparência.



DOCUMENTO 2a* O que diz Paulo Freire

“Ninguém educa ninguém,
ninguém se educa sozinho
os homens educam-se entre si
mediatizados pelo mundo.”

Paulo Freire

* Utilizável em transparência.



MÓDULO IV — TEXTOS E MATERIAIS DE APOIO

DOCUMENTO 3*

Projecto Educativo

1.
O QUE É?

2.
PARA QUE SERVE?

3.
INTERVENIENTES?

1. É um instrumento de trabalho, dinâmico, que evolui e se adapta às mudanças da comunidade, daí haver necessidade de constantes reflexões e avaliações do mesmo.
2. Serve para explicitar valores e intenções educativas.
3. Todos os adultos que estão envolvidos na educação da criança (Educadores, Auxiliares, Pais, Animadores, Autarquia, outros parceiros da comunidade).

* Utilizável em transparência.

DOCUMENTO 3a*
Autonomia das Escolas
Decreto-Lei N° 115 - A/98

“Autonomia é a capacidade da escola, reconhecida pela administração educativa, de tomar decisões nos domínios estratégico, pedagógico, administrativo, financeiro e organizacional, no quadro do Projecto Educativo e em função das competências e dos meios que lhe são consignados. No processo de construção da autonomia das escolas assumem particular importância o Projecto Educativo, o Regulamento Interno e o Plano de Actividades.”

(Lemos e Silveira, 1999, in: “Autonomia e Gestão das Escolas - Legislação anotada, 2ª edição)

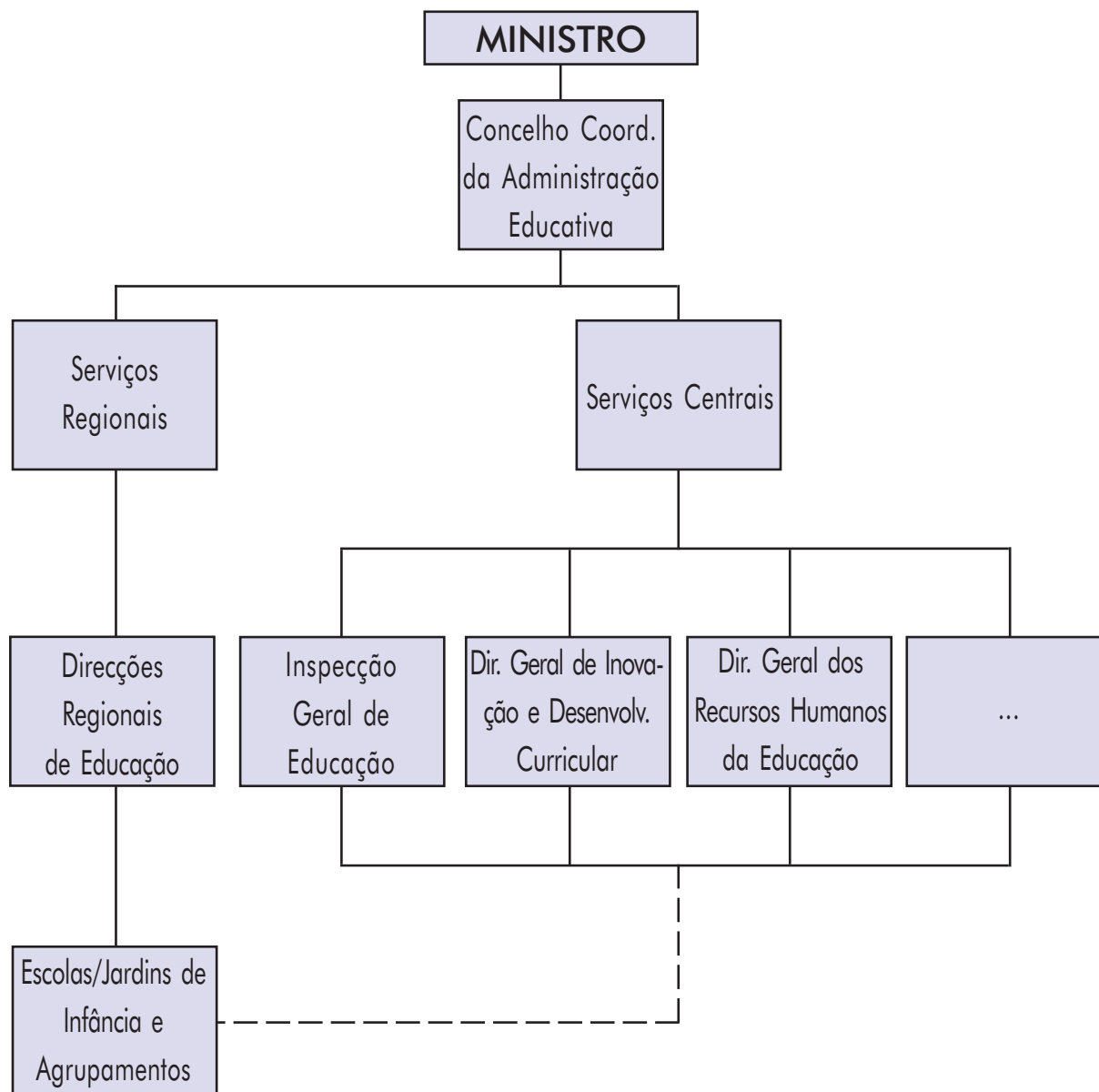


* Utilizável em transparência.

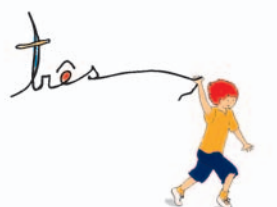


DOCUMENTO 4*

Organigrama do Ministério da Educação

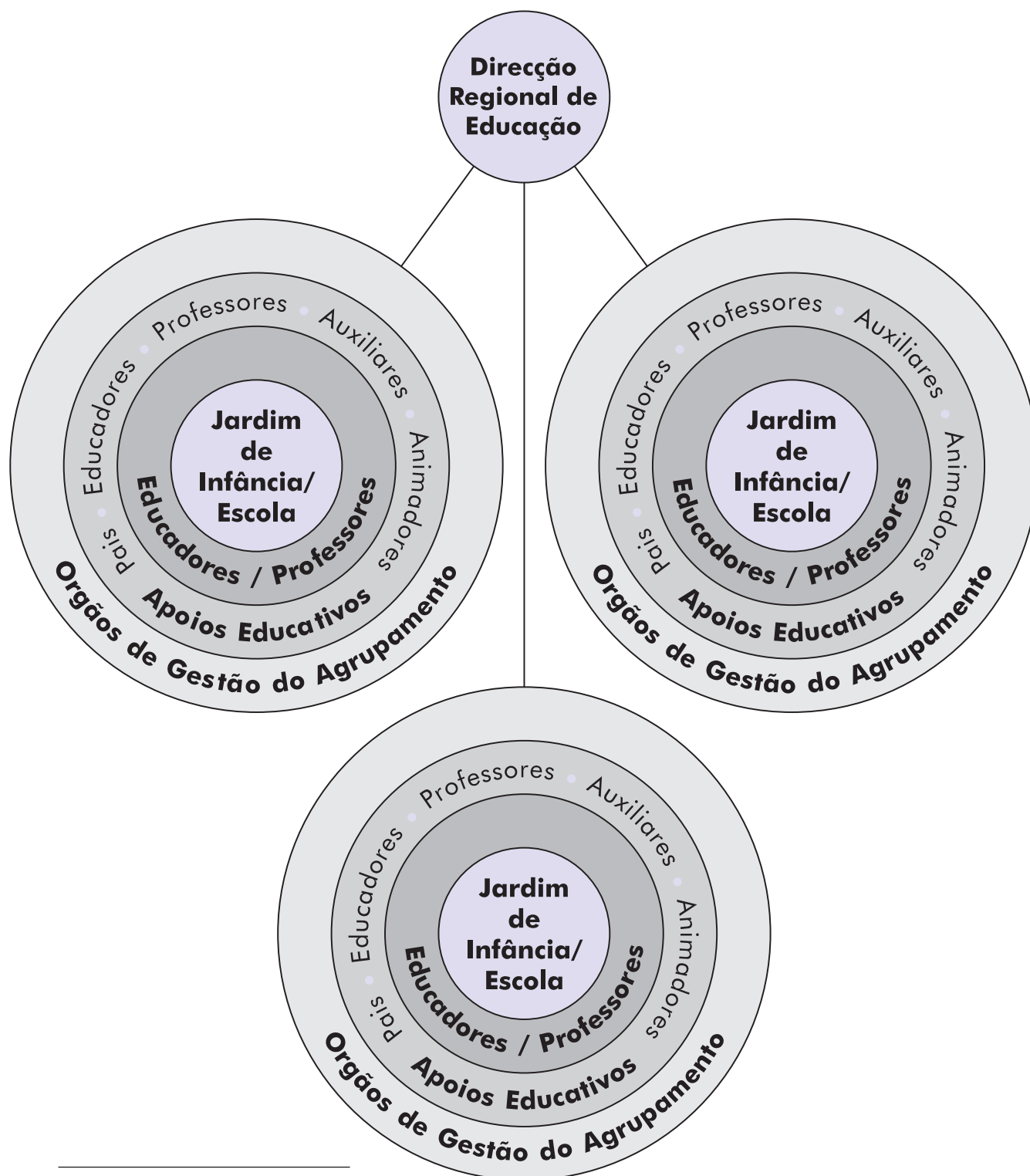


* Utilizável em transparência.



DOCUMENTO 5*

Centro da Área Educativa

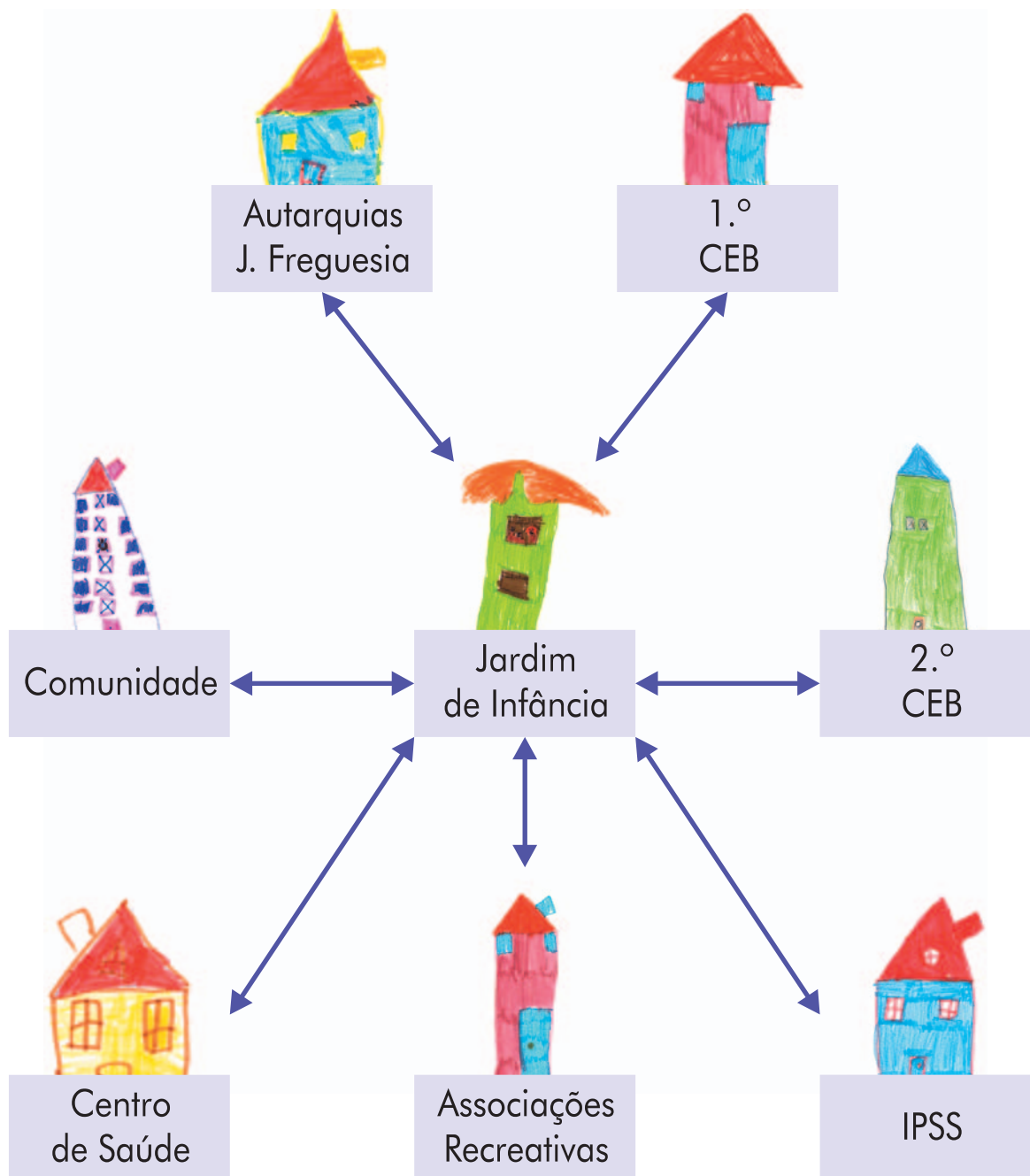


* Utilizável em transparência.



DOCUMENTO 6*

As Inter-relações na Comunidade Educativa



* Utilizável em transparência.

DOCUMENTO 7*

Princípio Geral e Objectivos Pedagógicos da Educação Pré-escolar

“A educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica no processo da educação ao longo da vida, sendo complementar da acção educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita relação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário”.

“Lei Quadro da Educação Pré-Escolar”



* Utilizável em transparência.

DOCUMENTO 8*

Objectivos da Educação Pré-escolar

- a) Promover o desenvolvimento pessoal e social da criança com base em experiências de vida democrática numa perspectiva de educação para a cidadania;
- b) Fomentar a inserção da criança em grupos sociais diversos, no respeito pela pluralidade das culturas, favorecendo uma progressiva consciência do seu papel como membro da sociedade;
- c) Contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso da aprendizagem;
- d) Estimular o desenvolvimento global de cada criança, no respeito pelas suas características individuais, inculcando comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diversificadas;
- e) Desenvolver a expressão e a comunicação através da utilização de linguagens múltiplas como meios de relação, de informação, de sensibilização estética e de compreensão do mundo;
- f) Despertar a curiosidade e o pensamento crítico;
- g) Proporcionar a cada criança condições de bem-estar e de segurança, designadamente, no âmbito da saúde individual e colectiva;
- h) Proceder à despistagem de inadaptações, deficiências e precocidades, promovendo a melhor orientação e encaminhamento da criança;
- i) Incentivar a participação das famílias no processo educativo e estabelecer relações de efectiva colaboração com a comunidade.

* Utilizável em transparência.

DOCUMENTO 9*

O que é o Jardim de Infância?

“Espaço de transição entre a família e a escola, é o local privilegiado para a realização da educação pré-escolar. É um espaço educativo pensado e organizado em função da criança e adequado às actividades que nele se desenvolvem. O Jardim de Infância oferece condições que permitem à criança descobrir e relacionar-se com o mundo à sua volta”.

Publicações do ME/DEB
“Dos 3 aos 5 anos no Jardim de Infância”



* Utilizável em transparência.

DOCUMENTO 10*

1.ª Etapa

A Educação Pré-Escolar é a 1.ª etapa do sistema educativo português e antecede a escolaridade obrigatória, fixada presentemente em nove anos.

De frequência facultativa, abrange:

As crianças a partir dos três anos até à idade de ingresso no ensino básico.

A educação pré-escolar é o ponto de partida para um percurso de sucesso em educação. A sua frequência tem reflexos positivos na vida futura do cidadão.



* Utilizável em transparência.

Vai assim permitir à criança:

- Desenvolver a segurança e o equilíbrio afectivo;
- Conhecer o seu corpo;
- Desenvolver capacidades motoras;
- Adquirir autonomia progressivamente;
- Relacionar-se com os outros e respeitá-los;
- Comunicar e expressar-se através de diferentes linguagens;
- Desenvolver a imaginação e a criatividade;
- Aprender, fazendo ou experimentando;
- Observar e compreender o meio onde vive;
- Desenvolver a curiosidade e o espírito crítico.



* Utilizável em transparência.



MÓDULO IV — TEXTOS E MATERIAIS DE APOIO

DOCUMENTO 11*

Funções dos Intervenientes

EDUCADORA DE INFÂNCIA

- É responsável pela intervenção pedagógica, planifica a acção educativa tendo em atenção o grupo de crianças e o seu meio familiar e social, à luz das Orientações Curriculares.
- Responde pela articulação entre componente educativa e compo-nente de apoio à família.
- Integra e gere os recursos disponíveis da comunidade de forma a enriquecer as actividades de Jardim de Infância.
- Organiza de modo atraente o espaço em que as crianças se movimentam, para criar no Jardim de Infância um ambiente favorável à aprendizagem, atendendo à componente de apoio à família.

* Utilizável em transparência.

DOCUMENTO 11a

Auxiliar de Acção Educativa



- Apoiar as actividades pedagógicas realizadas pela Educadora de Infância.
- Manter o Jardim de Infância nas melhores condições de higiene.
- Fazer a manutenção do espaço exterior, tornando-o agradável.
- Zelar pelo bom estado de conservação dos materiais usados pelas crianças.

* Utilizável em transparência.



DOCUMENTO 11b

Animador



Considerando que as actividades de animação se enquadram no projecto educativo do estabelecimento, têm como grande objectivo o apoio às famílias, organizando-se de modo a que o fruir ligado ao prazer e ao bem estar das crianças seja o sentido da intervenção do animador.

O animador deverá ser preparado para:

- Planificar a sua acção com o Educador de Infância ou Director Pedagógico de modo a promover um ambiente de calma, segurança e bem estar, o mais próximo possível do ambiente familiar;

* Utilizável em transparência.



- Favorecer um clima de ludicidade, criando e recriando situações diferentes das do currículo do Jardim de Infância;
- Ter em atenção os desejos dos ritmos individuais de cada criança num tempo específico que deverá ser de ócio e de lazer;
- Saber gerir o tempo e organizar o espaço, atendendo ao grupo e sobretudo ao ritmo de cada criança, tendo presente que algumas regras básicas são indispensáveis;
- Promover com as crianças cuidados de manutenção dos materiais;
- Saber comunicar com as famílias em estreita ligação com as orientações definidas em projecto educativo;
- Fomentar o trabalho de participação e cooperação, integrando a presença e os saberes dos irmãos mais velhos, dos pais, dos avós e outros elementos da comunidade.



Módulo IV A
Textos e Materiais de Apoio
Enquadramento Legislativo dos Auxiliares e Assistentes de Acção Educativa

127

DOCUMENTO 1

Legislação

129

DOCUMENTO 2

Direitos do Auxiliar/Assistente de Acção Educativa como Funcionário Público

133

DOCUMENTO 3

Deveres Profissionais do Pessoal não Docente

134

DOCUMENTO 4

Conteúdos Funcionais do Auxiliar de Acção Educativa do M. E.

136

DOCUMENTO 5

Conteúdos Funcionais do Assistente de Acção Educativa do M. E.

137

DOCUMENTO 6

Conteúdos Funcionais — Carreira de Ajudante de Acção Socio-Educativa do M. S. S. T.



DOCUMENTO 1*

Legislação

Faltas

Adopção

Decreto - Lei 70/2000 de 4 de Maio Art. 13º

Amamentação

Decreto - Lei 70/2000 de 4 de Maio – Art. 14º

Assistência a Familiares

Decreto - Lei 70 de 2000 de 4 de Maio – Art. 15,16, 17 e 18

Maternidade e Paternidade

Decreto - Lei 70/2000 de 4 de Maio Art. 1º, 10º e 11º

Decreto - Lei 194/96 de 16 de Outubro

Parto (preparação)

Decreto - Lei 70/2000 de 4 de Maio Art.5º

Decreto - Lei 194/96 de 16 de Outubro

Regime Jurídico da Função Pública

Colectânea de Diplomas:

Decreto - Lei 100/99 de 31 de Março

Decreto - Lei 515/99 de 24 de Novembro

Decreto - Lei 234-A/2000 de 25 de Setembro

Portaria 532/2002 de 18 de Maio

Portaria 63/2001 de 30 de Janeiro

Regime Geral

Decreto - Lei 100/99 de 31 de Março

Decreto - Lei 117/99 de 11 de Agosto

Decreto - Lei 70-A/2000 de 5 de Maio

Decreto - Lei 157/2001 de 11 de Maio

Sem Vencimento

Decreto - Lei 497/80 de 30 de Dezembro



MÓDULO IV A — TEXTOS E MATERIAIS DE APOIO

Licenças

Sem Vencimento

Decreto - Lei 874/76 de 28 de Dezembro

Decreto - Lei 100/99 de 31 de Março

Carreira

Pessoal Não Docente (escolar)

Decreto - Lei 515/99 de 2 de Novembro

Portaria 63/2001 de 30 de Janeiro

Ministério do Trabalho e Segurança Social

Decreto - Lei 414/99 de 15 de Outubro

Formação

Despacho Conjunto N° 466/2002 de 27 de Abril

Portaria 532/2002 de 18 de Maio

Deveres Profissionais

Decreto - Lei 515/99 de 24 de Novembro – Art° 10

DOCUMENTO 2*

Direitos do Auxiliar/Assistente de Acção Educativa como Funcionário Público

Direitos Pessoais (Económicos, Assistenciais e Previdências)

Direitos Económicos

1. Remuneração Base

2. Prestações Sociais

- Subsídio familiar a crianças e jovens;
- Subsídio por assistência a terceira pessoa;
- Subsídio de refeição;
- Subsídio por frequência de estabelecimento de educação especial;
- Bonificação por deficiência do subsídio familiar a crianças e jovens;
- Subsídio mensal vitalício;
- Subsídio de funeral;

3. Suplementos

- Trabalho extraordinário;
- Ajudas de custo;
- Trabalho normal nocturno (a partir das 20 horas);
- Incentivos

* Utilizável em transparência.



4. Descontos

- Obrigatórios:
 - IRS
 - CGA
 - ADSE
 - Imposto do Selo
- Facultativos:
 - Quotizações para cofres ou caixas de previdência
 - Quota Sindical
 - Prémios de Seguros
 - Complementos de Reforma
 - Planos de Poupança Reforma

Direitos de Natureza Assistencial

- Assistência médica
- Assistência odontológica
- Assistência financeira
- Acidentes em serviço
- Complemento de aposentação
- Complemento de salários nos afastamentos por doença

Direitos de Natureza Previdencial

- Aposentação
- Subsídio por morte

* Utilizável em transparência.

Direitos Funcionais*

Direito ao lugar

Direito a férias

- 25 dias úteis até completar 39 anos de idade
- 26 dias úteis até completar 49 anos de idade
- 27 dias úteis até completar 59 anos de idade
- 28 dias úteis a partir dos 59 anos de idade

Direito a faltas

- Casamento
- Maternidade ou paternidade
- Nascimento
- Consultas pré-natais e amamentação
- Adopção
- Falecimento de um familiar
- Doença
- Doença prolongada
- Acidente em serviço
- Reabilitação profissional
- Isolamento Profilático
- Ao abrigo do trabalhador estudante
- Doação de sangue e socorrismo
- Cumprimento de obrigações
- Prestação de provas de concurso.
- Por conta do período de férias
- Actividade sindical e greve
- Perda de vencimento
- Motivos não imputáveis ao funcionário ou agente

* Utilizável em transparência.



Licenças

- Licença sem vencimento até 90 dias;
- Licença sem vencimento por um ano;
- Licença sem vencimento de longa duração;
- Licença sem vencimento para acompanhamento de cônjuge colocado no estrangeiro;
- Licença sem vencimento para exercício de funções em organismos internacionais.

Direito ao acesso na carreira

- A carreira do AAE foi criada pelo Decreto - Lei 223/87 de 30 de Maio e alterada pelo Decreto - Lei 353-A/89 de 16 de Outubro.
- O Decreto – Lei 515/99 de 24 de Novembro estabelece, no seu artigo, que a carreira de auxiliar de acção educativa será objecto de reclassificação ou de reconversão profissional para a carreira de assistente de acção educativa.
- A carreira de auxiliar possui 8 escalões:
Índice 130, 140, 150, 160, 170, 180, 195, 200
- A carreira de Assistente possui 6 escalões:
Índice 190, 200, 210, 220, 230, 240.

* Utilizável em transparência.



DOCUMENTO 3

Deveres Profissionais do Pessoal Não Docente

1. O pessoal não docente está obrigado ao cumprimento dos deveres gerais estabelecidos para os funcionários e agentes do Estado e demais deveres que ocorram da aplicação do presente diploma.
2. No âmbito das respectivas funções, são deveres profissionais do pessoal não docente:
 - a) Contribuir para a plena formação, realização bem estar e segurança dos alunos;
 - b) Colaborar activamente com todos os intervenientes no processo educativo;
 - c) Participar na organização e assegurar a realização e o desenvolvimento regular das actividades prosseguidas no estabelecimento de educação ou de ensino;
 - d) Cooperar e zelar pela preservação das instalações e equipamentos escolares e propor medidas de melhoramento e renovação;
 - e) Empenhar-se nas acções de formação em que participar;
 - f) Cooperar, com os restantes intervenientes no processo educativo, na identificação de situações de qualquer carência ou de necessidade de intervenção urgente;
 - g) Respeitar a natureza confidencial da informação relativa ao alunos e respectivos familiares.

Decreto - Lei 515/99 de 24 de Novembro Artº 10º



DOCUMENTO 4

Conteúdos Funcionais do Auxiliar de Acção Educativa do Ministério da Educação

Ao auxiliar de Acção Educativa incumbe genericamente, nas áreas de apoio à **actividade pedagógica**, de **acção social escolar** e de **apoio geral**, numa estreita colaboração no domínio do processo educativo dos discentes, desenvolvendo e incentivando o respeito e apreço pelo estabelecimento de ensino e pelo trabalho que, em comum, nele deve ser efectuado.

Ao Auxiliar de Acção Educativa compete predominantemente:

2.1. Na área de apoio à actividade pedagógica

- Colaborar com os docentes no acompanhamento dos alunos entre e durante as actividades lectivas, zelando para que nas instalações escolares sejam mantidas as normas de compostura, limpeza e silêncio, em respeito permanente pelo trabalho educativo em curso;
- Preparar, fornecer, transportar e zelar pela conservação do material didáctico, comunicando estragos e extravios;
- Registrar as faltas de professores;
- Abrir e organizar livros de ponto à sua responsabilidade e prestar apoio aos directores de turma e reuniões;
- Limpar e arrumar as instalações da escola à sua responsabilidade, zelando pela sua conservação;
- Zelar pela conservação e manutenção de jardins;
- Aos AAE poderão ainda ser cometidas nesta área funções de apoio a bibliotecas e aos laboratórios.

2.2. Na área de apoio social escolar

- Prestar assistência em situações de primeiros socorros e, em caso de necessidade, acompanhar o aluno a unidades hospitalares;
- Preencher requisições ao armazém de produtos para o bufete e papelaria e receber e conferir produtos requisitados;
- Preparar e vender produtos do bufete;
- Vender, na papelaria, senhas de refeição, material escolar, impressos, textos de apoio, etc.;



- Distribuir aos alunos subsidiados, na papelaria, senhas de refeição, material escolar e livros;
- Apurar diariamente a receita realizada no bufete e papelaria e entregá-lo ao tesoureiro;
- Limpar e arrumar instalações do bufete e papelaria e respectivo equipamento e utensílios;
- Comunicar estragos e extravios de material e equipamento.

2.3. Na área de **apoio geral**

- Prestar informações na portaria, encaminhar pessoas, controlar entradas e saídas de pessoal estranho e proceder à abertura e encerramento das portas de acesso às instalações;
- Efectuar, no interior e exterior, tarefas indispensáveis ao funcionamento dos serviços;
- Proceder à limpeza e arrumação das instalações, zelando pela sua conservação;
- Vigiar as instalações do estabelecimento de ensino, evitando a entrada de pessoas não autorizadas;
- Abrir e fechar portas, portões e janelas, desligar o quadro de electricidade e entregar e receber chaves do chaveiro a seu cargo;
- Os AAE poderão ainda, nesta área, assegurar, quando necessário, o apoio reprográfico e as ligações telefónicas.



DOCUMENTO 5

Conteúdos Funcionais do Assistente de Acção Educativa do Ministério da Educação

Ao assistente de acção educativa incumbe genericamente, no desenvolvimento do projecto educativo da escola, assegurar uma estreita colaboração no processo educativo e de segurança das crianças e dos jovens, competindo-lhe, nomeadamente, desempenhar as seguintes funções:

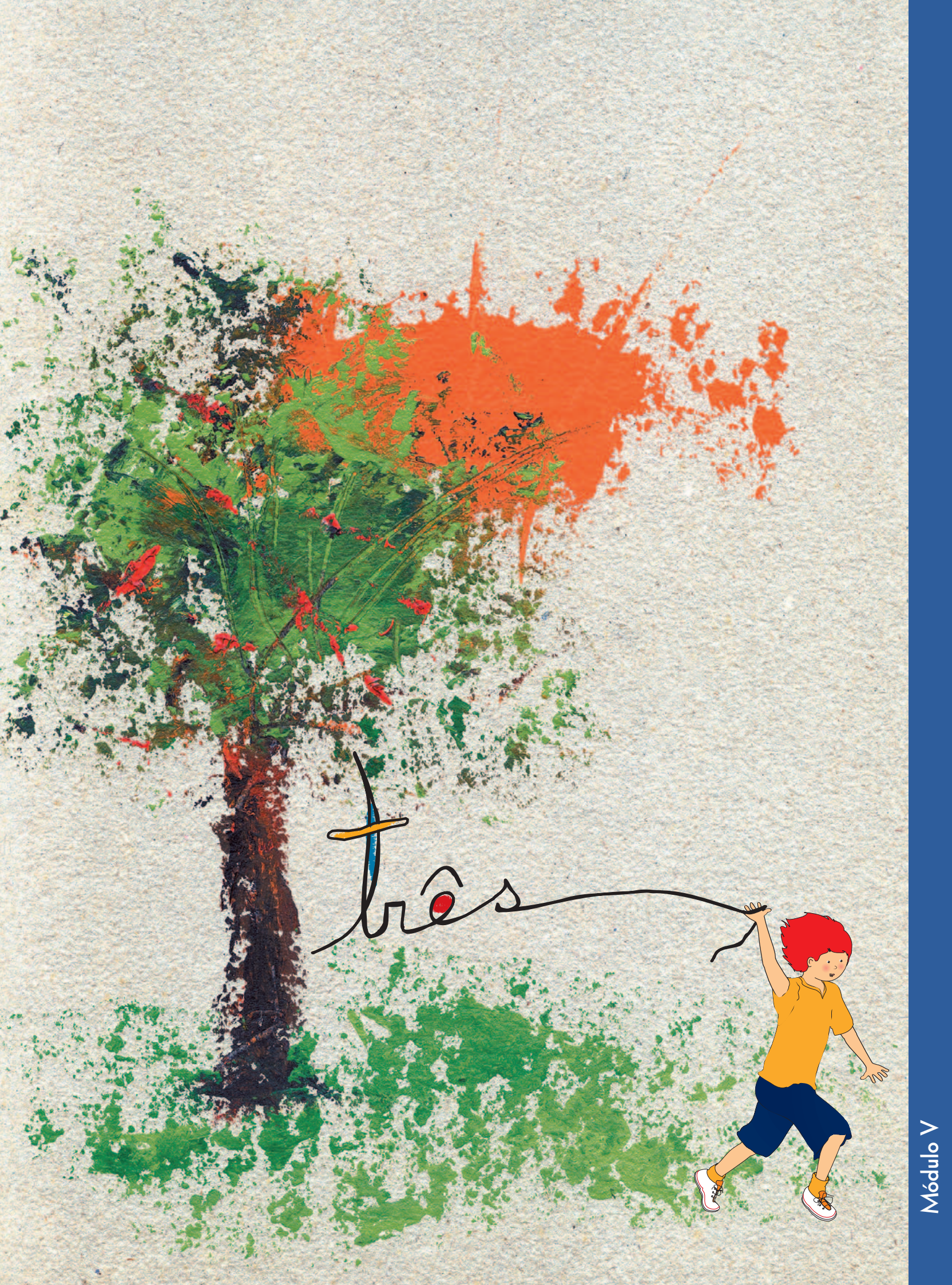
- a) Participar com os docentes no acompanhamento das crianças e jovens durante o período de funcionamento da escola, com vista a assegurar um bom ambiente educativo;
- b) Participar em acções que visem o desenvolvimento pessoal e cívico das crianças e jovens e favoreçam um crescimento saudável;
- c) Exercer tarefas de apoio à actividade docente de âmbito curricular e de enriquecimento do currículo;
- d) Exercer tarefas de enquadramento e acompanhamento das crianças e jovens, nomeadamente no âmbito da animação sócio-educativa e de apoio à família;
- e) Cooperar com os serviços especializados de apoio educativo;
- f) Prestar apoio específico a crianças e jovens portadores de deficiência;
- g) Exercer tarefas no domínio de prestação de serviços de acção social escolar;
- h) Colaborar no despiste de situações de risco social, internas e externas, que ponham em causa o bem-estar das crianças e jovens e da escola;
- i) Cooperar nas actividades que visem a segurança das crianças e jovens na escola;
- j) Prestar apoio e assistência em situação de primeiros socorros;
- k) Exercer tarefas de atendimento e encaminhamento de utilizadores da escola;
- l) Providenciar a conservação e boa utilização das instalações, bem como do material e equipamento didáctico necessário ao desenvolvimento do processo educativo;
- m) Zelar pela conservação e higiene ambiental dos espaços e das instalações à sua responsabilidade numa perspectiva pedagógica e cívica.



DOCUMENTO 6

Conteúdos Funcionais — Carreira de Ajudante de Acção Educativa do Ministério da Segurança Social e do Trabalho

1. Ao ajudante de acção sócio-educativa compete trabalhar directamente com crianças, tendo em vista o seu desenvolvimento sócio-pedagógico, coadjuvando o educador de infância na programação e realização de actividades educativas e no relacionamento com os encarregados de educação.
2. Sob a orientação do educador de infância ou do director pedagógico do estabelecimento, o ajudante de acção sócio-educativa executa, consoante a valência dos estabelecimentos, a totalidade ou parte das seguintes tarefas:
 - a) Na ausência do educador de infância, faz a recepção das crianças e o contacto com os pais;
 - b) Acalma-as quando estão com problemas de várias ordens, resultantes da separação diária do ambiente familiar;
 - c) Prepara o seu regresso a casa;
 - d) Participa na execução dos programas educativos consoante os níveis etários, colaborando com as crianças nas suas primeiras actividades, nomeadamente na iniciação à fala, acompanhando-as e ajudando-as em actividades várias através de conversas educativas, histórias e cantigas, danças, jogos livres e didácticos;
 - e) Orienta as iniciativas livres das crianças e está atento aos seus movimentos nos recreios;
 - f) Acompanha as crianças a visitas de estudo, nomeadamente museus, exposições, jardim zoológico e outras actividades, tais como circo, colónias de férias e praias;
 - g) Procede à recepção, arrumação. Distribuição do material destinado às crianças e mantém em bom estado de conservação o material a seu cargo;
 - h) Nas horas de refeição, ajuda a criança a ultrapassar dificuldades de adaptação e desenvolve acções de estímulo para uma melhor alimentação;
 - i) Administra medicamentos nas horas indicadas e segundo instruções recebidas;
 - j) Acompanha o repouso das crianças, levanta-as, veste-as, calça-as e encaminha-as para as actividades sanitárias indispensáveis ensinando-as quando necessário;
 - k) Providencia pela manutenção das condições de higiene e salubridade dos espaços utilizados pelas crianças.



Módulo V
Textos e Materiais de Apoio
A Importância de Brincar — Atividades Lúdicas

141

DOCUMENTO 1
Animação

142

DOCUMENTO 2
Reflexões sobre o Jogo e o Brincar

144

DOCUMENTO 3
Brincar... Brincar Bem... Brincar até ao Céu

146

DOCUMENTO 3a
Brincar...

147

DOCUMENTO 3b
Brincar...

148

DOCUMENTO 3c
Brincar...

149

DOCUMENTO 3d
Brincar...

150

DOCUMENTO 3e
Brincar...

151

DOCUMENTO 3f
Brincar...

153

DOCUMENTO 4
Brincando às Revoadas

154

DOCUMENTO 4a
Brincar ... Galopar como um Cavalo

155

DOCUMENTO 5
O Conto Popular

156

DOCUMENTO 5a
O Pintainho e o Baguinho de Milho

158

DOCUMENTO 6
Um Livro é um Amigo

159

DOCUMENTO 7
A Criança e os Jogos Tradicionais

161

DOCUMENTO 7a
Machadinha

162

DOCUMENTO 7b
O Bom Barqueiro

163

DOCUMENTO 7c
Rato e Gato

164

DOCUMENTO 7d
Jogo das Prendas ou do Anel

165

DOCUMENTO 7e
Gincana

166

DOCUMENTO 8
Fantoches

168

DOCUMENTO 9
Lengalenga

170

DOCUMENTO 10
Canções

172

DOCUMENTO 11
Biblioteca do Animador — Sugestões

173

DOCUMENTO 11a
Alguns Livros Aconselháveis
para uma Biblioteca em Jardim de Infância



DOCUMENTO 1*

Animação

Animar — segundo referem os dicionários — **é dar vida, dar alma, imprimir movimento, transmitir força e energia, dar impulso a um empreendimento.**

A propósito da animação, Toraylle escreveu: “Animar é aceitar apagar-se, pôr-se em relação e desenvolver os feixes da comunicação e informação. (...)”

Animar é despertar os outros, respeitando-os e considerando-os, desde o primeiro contacto, como pessoas a quem se dá, mas de quem já muito se recebeu. (...)

Animar é, antes de tudo e para além de um conjunto de técnicas, uma atitude interior e um estado de espírito”.

Esta visão não pressupõe nem conduz, como alguns possam concluir, a uma dimensão do animador ou a uma atitude ingénuas e irresponsáveis da sua parte. Ela realça, antes de mais, a importância da animação, enquanto **processo de autonomização**, o qual só é possível num contexto de reciprocidade, de algo e partilha animador-formando, mantendo cada um destes o seu estatuto e papel.

A animação desenvolve-se em dois tempos interdependentes e interactivos: **reflexão-acção**. No primeiro procura-se a compreensão da realidade; no segundo investe-se na sua transformação. São dois momentos de um mesmo processo ou duas etapas de uma mesma caminhada. A reflexão ilumina e orienta a acção; a acção confirma e reforça a reflexão.

A união da prática-teoria é, assim, a relação motora da animação.

* Utilizável em transparência.

DOCUMENTO 2

Reflexões sobre o Jogo e o Brincar

“Tenho muitas crianças na clínica que vêm falar comigo porque vivem sob tensão, sob stress. Vemos, por exemplo, cada vez mais crianças com doenças psicossomáticas, crianças de 7 ou 8 anos com úlceras no estômago... coisas que não se viam antigamente... crianças com tiques nervosos, casos em que o stress é bem evidente. Mas há também muitas crianças que nos vêm consultar porque têm dificuldades na escola, dificuldades de aprendizagem ou de comportamento e que estão muito inquietas e com medo de não serem bem sucedidas. É que, em termos sociais, hoje em dia, há uma grande pressão para o sucesso a todo o custo.”

Daniele Laporte — Psicóloga — Canadá, In Documentário “Sinais dos Tempos”.

(...) **“Os Estados — Partes, reconhecem à criança o direito ao repouso e aos tempos livres, o direito a participar em jogos e actividades recreativas próprias da sua idade e de participar livremente na vida cultural e artística”.**

(Artigo 31.º da Convenção dos Direitos da Criança).

A redução dos tempos e espaços lúdicos, a falta de segurança do espaço — rua (tradicionalmente um mundo de descobertas através do jogo), o desaparecimento da família alargada, a sobreposição de critérios de racionalidade, utilidade, sucesso e a oferta desenfreada de brinquedos industrializados (altamente sofisticados) alteraram por completo os hábitos de jogo, nas duas últimas décadas... A actividade corporal foi sendo reduzida e os hábitos sedentários instalaram-se. A capacidade criativa de resolver questões práticas foi esmorecendo. Os processos socializantes de relação/convívio/partilha no antigo brincar em grupo vão-se perdendo. As crianças perderam o hábito de construir os seus próprios objectos e espaços de jogo. Perderam a noção da gratuitidade da actividade lúdica e integraram a ideia de que o esforço só vale a pena provindo da imposição de um superior ou a troca de um concurso, de prémios ou qualquer outra forma negocial ou de competição. Está desvirtuado o sabor e o sentido do jogo.

Recuperar e defender a noção de tempo livre é urgente. Este tempo não é para desprezar nem para invadir. É tempo de vida humana, verdadeira. Deve ser fruído de forma total, autêntica, com qualidade. A actividade lúdica comporta experiências cognitivas, afectivas e socializadoras que marcarão o indivíduo para o resto da vida. O domí-



nio da inteligência prática, a autonomia de pensamento e acção, a perseverança, a organização de estratégias dirigidas para um fim e toda uma série de aquisições de valores de partilha, cooperação e solidariedade se aprendem através do jogo.

A animação dos tempos livres deve procurar recuperar o verdadeiro sentido do jogo e do brincar, nesta sua dimensão humana global. Deve procurar colmatar a indisponibilidade da Família, da Escola e do Meio para proporcionar momentos de lazer (direito a “estar só a estar...”) e momentos lúdicos vividos de forma natural, ritual e feliz, recuperando laços com a natureza e a comunidade, numa tentativa consciente de recuperar valores e de contrariar as tendências que a sociedade de consumo instalou, pervertendo a concepção de jogo.

A descoberta/exploração da Natureza e da Comunidade em volta, a rentabilização dos seus espaços e materiais de jogo (bem como dos seus recursos humanos), a concretização de projectos lúdicos pessoais revelados pelas crianças, a dinamização de actividades essencialmente lúdicas e imaginativas, a recuperação de actividades e formas de brincar tradicionais... serão alguns dos caminhos possíveis para a animação sócio-educativa na educação pré-escolar.

Importante será valorizar os rituais nesta vivência lúdica: retomar momentos e espaços significativos, enquanto derem prazer ao grupo, criar laços de referência com locais, pessoas e actividades mais marcantes... e voltar a eles, enquanto fizer sentido.

A preocupação de diversificar a experiência da criança é importante, mas não deve nunca fazer-nos perder de vista a importância dos ritmos de repetição. Os rituais sempre foram e serão um elemento fundamental do jogo e do brincar. Eles dão prazer, conferem segurança... e são responsáveis pelas melhores recordações que guardamos da infância.

Helena Martinho



MÓDULO V — TEXTOS E MATERIAIS DE APOIO

DOCUMENTO 3

Brincar... Brincar Bem... Brincar até ao Céu





No decorrer de uma conversa com crianças, 5/6 anos, em situação de prolongamento de horário em Jardim de Infância, fazia-se a seguinte pergunta:

O que gostariam mais de fazer ao fim da tarde?

Gostamos de:

- *Brincar... brincar bem... brincar até ao céu...*
- *Trabalhar na sala mágica, fazer teatro, ler nos livros e ouvir as histórias da Paula, ah! E as histórias da D. Deolinda, do filho dela e do marido;*
- *Apanhar pedrinhas, bichos, coisas da natureza para fazer colecções;*
- *Brincar, jogar à bola e à apanhada; saltar à corda;*
- *Fazer barro, brincar, fazer papel;*
- *Brincar, andar de bicicleta, estar em casa com as primas, estar em casa dos meus tios;*
- *Brincar, fazer desenhos, gosto de ir até à praia;*
- *Brincar com os carros, de ver os bonecos da televisão, ver livros, gosto de queijo e de manteiga;*
- *Gosto de estar com os meus pais e com os avós;*
- *Jogar ao jogo do computador;*
- *Jogar à macaca; jogar ao berlinde;*
- *Ir para casa brincar com as bonecas;*

Jardins de Infância de Marco Cabaço e da Tapada da Ajuda



MÓDULO V — TEXTOS E MATERIAIS DE APOIO

DOCUMENTO 3a*

Brincar...



* Utilizável em transparência.



MÓDULO V — TEXTOS E MATERIAIS DE APOIO

DOCUMENTO 36*

Brincar...



* Utilizável em transparência.



MÓDULO V — TEXTOS E MATERIAIS DE APOIO

DOCUMENTO 3c* Brincar...



* Utilizável em transparência.



MÓDULO V — TEXTOS E MATERIAIS DE APOIO

DOCUMENTO 3d* Brincar...



* Utilizável em transparência.



MÓDULO V — TEXTOS E MATERIAIS DE APOIO

DOCUMENTO 3^{e*} Brincar...



* Utilizável em transparência.



MÓDULO V — TEXTOS E MATERIAIS DE APOIO

DOCUMENTO 3f*

Brincar...



* Utilizável em transparência.

DOCUMENTO 4

Brincando às Revoadas

Brincar é um acto espontâneo, voluntário e natural nas crianças. Brinca-se com o que se tem à mão, porque um simples pauzinho pode servir de avião. O contexto ambiental tem a maior das importâncias porque é este que vai determinar o estilo de brincadeiras e, por conseguinte, de experiências e aprendizagens que a criança vai fazer, influenciando mesmo a sua personalidade. Uma criança do campo pode brincar às casinhas, aos jantarinhos, às feiras. Pode jogar às escondidas entre as searas ou galopar como um cavalo. Enfim, os seus jogos tendem a imitar e reproduzir as vivências dos adultos.

Se o habitat é específico de serra, então as brincadeiras espontâneas têm a expressão, eu diria mesmo a cor, do contexto envolvente e, por isso, as pedras — lages grandes e lisas — são espaços gostosos de suporte onde se pode desenhar com um calhau mais pequeno. Também servem de base aos mais variados puzzles e desenhos. Os jogos de imitação aproximam-se também do real circundante e por isso não é de estranhar depararmo-nos com pequenas fortalezas esboçadas em qualquer terreirinho. As crianças brincam com o cabrito como se fosse um irmão, atribuindo-lhe nomes afectivos como “Branquinha”, “Galdéria”, “Malhadinha”...



As brincadeiras, sobretudo as colectivas, têm ritmos e formas “ao sabor” das épocas do ano. Diz-se em linguagem popular que os cachopos brincam às revoadas. Brincam conforme faz frio ou calor, constituindo os elementos naturais os mais apreciados brinquedos.

Maria Odete — educadora de infância



MÓDULO V — TEXTOS E MATERIAIS DE APOIO

DOCUMENTO 4a

Brincar... Galopar como um Cavalo

Cavalinho cavalinho
Que baloiça nunca tomba
Ao montar meu cavalinho
Voo mais do que uma pomba

Cavalinho cavalinho
De madeira mal pintada
Ao montar meu cavalinho
As nuvens são minha estrada

Cavalinho cavalinho
Que o meu pai me ofereceu
Ao montar meu cavalinho
Toco as estrelas no céu.

Autor desconhecido



DOCUMENTO 5

O Conto Popular

Originariamente de transmissão oral, o conto popular é representativo da memorização das histórias criadas pelo sujeito falante e da sua relação com a comunidade. Embora seja uma invenção, o seu autor tem que respeitar as condicionantes do imaginário colectivo, para que possa permanecer e ser salvaguardado pela própria comunidade.

A sua organização narrativa é, então, familiar a um auditório, uma vez que transporta o conhecimento de um código colectivo, no qual se transmitem determinados valores e nos quais se alicerçam as diferentes formas de relacionamento da comunidade. O reconhecimento desses valores e da narrativa colectiva, não obstante o facto de estarmos diante de um campo de criação que transporta, em si, toda a carga emocional da imagética colectiva e que reflecte todos os seus receios, inquietações, fantasmas ou dúvidas que originam o seu condicionamento, em termos de conteúdo e de emissão. Tal como a religião, também o conto pertence ao carácter comunitário e a sua estrutura ordenada simbolicamente pertence ao conjunto das significações inseridas num universo inconsciente, que serve de arquétipo às crenças da própria comunidade. A voz subjacente ao conto não é a voz do autor individual, mas sim a voz do autor colectivo que, no contar e recontar, exorciza os elementos maléficos do real e que nos faz perceber que o conto é uma obra sem espaço nem tempo, universalmente aceite pelo imaginário popular.

Este tipo de transmissão dá origem à produção de variantes, pois cada emissor é também um receptor que altera o discurso que ouviu contar, acrescentando ou omitindo pormenores, de acordo com a sua própria sensibilidade, criatividade e capacidade de memorização, a qual Lotman caracteriza como o “acto de contar de si para si”.

Gabriela, L. Conceição, J. in Análise de Texto, Porto Editora



Jardim de Infância de Marco Cabaço



DOCUMENTO 5a

○ Pintainho e o Baguinho de Milho

Era uma vez um pintainho que andava a passear na estrada. Encontrou um baguinho de milho. Ficou todo contente e ia apanhá-lo, mas nisto passou a carruagem do rei, que vinha de uma caçada numa grande correria. O pintainho assustou-se e fugiu. Quando a carruagem já lá ia adiante, o pintainho voltou ao meio da estrada pelo baguinho de milho. Pôs-se a procurá-lo, a procurá-lo, mas não o encontrou. E vai, pensou assim:

Foi por causa do rei que eu perdi o meu baguinho de milho. Pois vou ao palácio, pedir-lhe que mo dê.

E pôs-se a caminho.

Andou, andou e a certa altura, muito cansado, sentou-se numa pedra a descansar. A pedra perguntou-lhe:

- Ó pintainho, onde vais com tanta pressa?
- Vou ao palácio do rei pedir o meu baguinho de milho.
- Oh! Se me levasse contigo era tão bom!
- Queres vir comigo? Mete-te dentro do meu papinho!

A pedra meteu-se dentro do papo do pintainho e ele continuou o seu caminho.

Chegou lá adiante, estava outra vez muito cansado, encontrou o machado de um lenhador que tinha ido almoçar e sentou-se no cabo do machado a descansar. O machado perguntou:

- Ó pintainho, onde vais com tanta pressa?
- Vou ao palácio do rei pedir o meu baguinho de milho.
- Oh! Se me levasse contigo era tão bom!
- Queres vir comigo? Mete-te dentro do meu papinho!

O machado meteu-se dentro do papo do pintainho e ele continuou o seu caminho.

Lá mais adiante, estava outra vez muito cansado, sentou-se à beira de um ribeiro, que lhe perguntou:

- Ó pintainho onde vais com tanta pressa?
- Vou ao palácio do rei pedir o meu baguinho de milho.
- Oh! Se me levasse contigo era tão bom!
- Queres vir comigo? Mete-te dentro do meu papinho!

O ribeiro meteu-se dentro do papo do pintainho, que continuou o seu caminho, até que chegou defronte do palácio do rei. Então, pôs-se a cantar:

- Qui-qui-ri-qui, meu baguinho de milho já para aqui!
- Qui-qui-ri-qui, meu baguinho de milho já para aqui!

O rei mandou um criado saber o que se passava. O criado foi e voltou e disse:

- Está ali um pintainho que diz que quer o baguinho de milho que o rei lhe fez perder.
- Ora o atrevido! Mete-o na capoeira!

O criado meteu o pintainho na capoeira, mas ele assim que se viu fechado disse:

- Machado, salta do papinho e parte-me esta porta.

O machado partiu a porta e o pintainho voltou para defronte do palácio.

- Qui-qui-ri-qui, meu baguinho de milho já para aqui!
- Qui-qui-ri-qui, meu baguinho de milho já para aqui!

O rei, muito zangado, chamou o criado e ordenou:

- Mete-me esse pintainho dentro de um pote e tapa-o bem tapado, para ele não fugir.

O criado assim fez, o pintainho, quando se viu dentro do pote disse:

- Pedra, salta do meu papinho, e parte-me este pote.

A pedra partiu o pote e o pintainho voltou para defronte do palácio do rei:

- Qui-qui-ri-qui, meu baguinho de milho já para aqui!
- Qui-qui-ri-qui, meu baguinho de milho já para aqui!

O rei ficou ainda mais furioso, e gritou para o criado:

- Mete-me esse pinto dentro do forno quando ele estiver bem quente.

O criado assim fez, e o pintainho, quando se viu dentro do forno, disse:

- Ribeirinho, salta do meu papinho e apaga-me este forno.

O ribeirinho apagou o forno e o pintainho voltou para defronte do palácio.

- Qui-qui-ri-qui, meu baguinho de milho já para aqui!
- Qui-qui-ri-qui, meu baguinho de milho já para aqui!

Então o rei mandou ir o pintainho à sua presença e ele contou como tinha perdido o baguinho de milho que achara na estrada, por ter passado a carruagem real. Por isso estava ali a pedir o baguinho de milho.

O rei deu-lhe razão, mandou-lhe entregar um grande saco de milho e o pintainho foi-se embora, todo contente.



In: *Histórias Tradicionais*,
1988, ME



MÓDULO V — TEXTOS E MATERIAIS DE APOIO

DOCUMENTO 6*

Um Livro é um Amigo

Livro

Um amigo para falar
Comigo

Um navio para viajar

Um Jardim para brincar

Uma escola para levar
Debaixo do braço

Um abraço para além
Do tempo e do espaço.

Maria Luisa Ducla Soares



* Utilizável em transparência.

DOCUMENTO 7

A Criança e os Jogos Tradicionais

Os jogos tradicionais, praticados, em todo o mundo, desde há séculos, foram transmitidos de geração em geração, fazendo parte de todos os tempos.

Jogados pelas crianças ou pelos adultos, muitos deles com origem em práticas religiosas ou pagãs, foram frequentemente adaptados às situações do momento, aos condicionalismos da região, ou à maneira de ser dos seus habitantes; isso explica as versões diferentes de um mesmo jogo de uma região ou de um país para o outro.

Se observarmos as crianças que jogam à macaca, ao pião, saltam à corda... num pátio da escola, num jardim ou num canto do bairro onde vivem, verificamos que os praticam com enorme alegria e prazer. Quando jogam o **corpo** não é só instrumento de **acção** que produz e consome energia, como também é instrumento de **expressão** e de **comunicação**.

Assim, podemos afirmar que os **jogos tradicionais** constituem uma actividade extraordinariamente rica, que contribui para o desenvolvimento da **criança**, pelo que devem ser considerados um **meio educativo**.

O **dinamismo lúdico** e a **carga afectiva** que encontramos nos **jogos tradicionais** contribuem para:

- a integração em grupo
- a aquisição de uma certa disponibilidade corporal
- o desenvolvimento do sentido rítmico
- o enriquecimento oral da linguagem
- a formação da personalidade

No entanto, os jogos tradicionais tendem a desaparecer. Cada vez mais as crianças dispõem de espaços livres mínimos, cada vez mais a tecnologia (televisão, vídeo computadores...) fazem esquecer esta forma saudável de ocupação dos seus tempos livres.

Para que isso não aconteça é importante que **educadores, professores e animadores** se encarreguem de os transmitir, quer na ocupação dos tempos livres, pois os jogos tradicionais não são uma actividade menor, mas antes uma forma superior do desenvolver toda a organização, orientação e estruturação espacial da criança.



MÓDULO V — TEXTOS E MATERIAIS DE APOIO





DOCUMENTO 7a

Machadinha

É um jogo de roda com a seguinte cantiga:

Ai, ai, ai,
Minha machadinha!
Quem te pôs a mão,
Sabendo que és minha?
Sabendo que és minha
Também eu sou tua.
Salta, machadinha,
P'ró meio da rua,
P'ró meio da rua
Não hei-de eu saltar.
Eu hei-de ir à roda
'scolher o meu par.
'Scolher o meu par,
Eu bem sei quem é.
É um rapazinho
Chamado José.



DOCUMENTO 7b

Bom Barqueiro

Duas crianças fazem de ponte, combinando entre si o nome que se hão-de dar mutuamente: banana e maçã, por exemplo. Para fazerem a ponte, colocam-se de frente, levantam os braços, com as mãos estendidas, tocando-se com as pontas dos dedos.

Outras crianças (número variável) dispõem-se em fila, pondo as mãos nos ombros ou na cintura. É o combóio. A criança da frente representa a máquina. O comboio aproxima-se da ponte e canta:

Que linda falua Que vem de Belém,
Que lá vem, lá vem! Que vem de Benfica. É lá vem, lá vem! É
É uma falua É uma falua
Que vem de Belém que lá vem, cá fica
Bom barqueiro, bom barqueiro
deixai-me passar;
tenho filhos pequeninos
p'ra acabar de criar.

Responde a ponte:

Passará, Passarás
Mas algum deixarás.
Se não for a mãe da frente,
É o filho lá de trás.

Fica na ponte a última criança a passar. O comboio continua cantando. Entretanto, a ponte pergunta à criança que lá ficou:

— Queres maçã ou banana.

Consoante a resposta, assim se coloca atrás da *banana* ou da *maçã*. O processo repete-se até à *mãe* ou *máquina* que tem de passar pela ponte três vezes, a correr. À terceira, agarram-na e fazem-lhe a pergunta que fizeram às outras, colocando-se assim atrás da *banana* ou da *maçã*. Todas as crianças se agarram então umas às outras e começam a puxar com força, até uma criança se desligar. Note-se que as crianças se agarram, por trás, pondo as mãos em volta da cintura umas das outras, mantendo as crianças que fazem de ponte a posição inicial, dando as mãos direitas e puxando cada qual para seu lado, encabeçando as duas filas.

Cabral, A "Jogos tradicionais Infantis" (1991) Editorial Notícias

A Cantilena tem variantes.

DOCUMENTO 7c

Rato e Gato

1. Por sorteio designa-se qual o gato e qual o rato.
2. As crianças fazem uma roda e, depois disso, dar-se-á início ao jogo, que consiste no seguinte:
 - o rato e o gato estão no meio da roda;
 - o rato sai desta por entre duas crianças (ponto que se chama casulo) e voltará a entrar e a sair por onde entender;
 - o gato terá de passar obrigatoriamente nos casulos do rato.
3. Se o gato apanhar o rato, legalmente, é o vencedor; enganando-se nos casulos ou desistindo por cansaço, o vencedor é o rato.
4. Terminado o jogo, pode iniciar-se outro com outro gato e outro rato. Para apurar um vencedor único, o jogo continua só entre os vencedores.

In Jogos em Jardins de Infância
Vol. I e II — ME — 1987





MÓDULO V — TEXTOS E MATERIAIS DE APOIO

DOCUMENTO 7d

Jogo das Prendas ou do Anel

Caracterização geral

Jogo/passatempo, praticado durante todo o ano, nos pátios.

Participantes

Elementos de ambos os sexos, sem número definido.

Descrição

Os praticantes sentavam-se no chão, em círculo. Um deles, normalmente uma rapariga mais crescida, a **mãe**, recebia de todos os outros uma prenda que escondia no regaço; seguidamente, agarrava num anel que colocava entre as mãos fechadas e esticadas, e ia passando com elas por entre as mãos dos outros, que também se encontravam com as mãos na mesma posição.

A **mãe** deixava cair o anel nas mãos de quem escolhesse (e este não podia dar a perceber aos outros que o tinha), perguntando: **O que se há-de fazer ao dono da prenda que está para sair?**

Então, o jogador que tinha o anel em seu poder, mostrava-o aos restantes e era ele quem ditava o “castigo” a dar ao dono da prenda que a mãe retirava do seu regaço.

O castigo era, normalmente, dar um beijo a todos os participantes, bater à porta de uma vizinha, etc.

In Bonecos de Madeira de Jorge Rua de Carvalho.

DOCUMENTO 7^e Gincana

Este jogo pode desenvolver a destreza, a agilidade, o equilíbrio, a calma, a atenção, o domínio de movimentos, a orientação e o espírito de equipa.

Tem o aspecto de uma corrida em que há obstáculos a vencer.

Ganha o concorrente que fizer tudo melhor e em menos tempo (para a classificação deste jogo, atribuem-se pontos à velocidade e perfeição).

Uma gincana pode constar do seguinte:

1. Correr metido dentro dum saco atado na cintura.
2. Corridas de duas pessoas com a perna esquerda duma atada à perna direita da outra.
3. Correr com uma colher na mão sobre a qual se pretende equilibrar uma batata.
4. De olhos tapados, fazer um desenho num quadro ou papel pregado numa parede. Ganha quem fizer o desenho mais depressa.
5. Com os olhos tapados, fazer um percurso por entre bilhas de barro. Cada concorrente pode orientar-se com um pau, que leva na mão. Ganha quem chegar ao fim em menos tempo e sem partir nenhuma bilha.
6. Conseguir comer um rebuçado ou um bolo, que está pendurado na ponta de um fio sem se servir das mãos que devem estar atrás das costas. Ganha quem conseguir fazer isto mais depressa.





DOCUMENTO 8

Fantoches

Brinquedo privilegiado como mediador entre o *Eu* e o *Outro*.

Utilizado pela Educadora

- Para comunicar
- Para se relacionar afectivamente
- Para motivar a criatividade
- Para “fazer” surpresa

Utilizado pela Criança

- Individualmente
- Em pequeno grupo para ninguém
- Em grupo para concretização de um projecto “jogo mais elaborado”

Algumas Técnicas de Fazer Fantoches

Fantoches de Vara⁽¹⁾

Os fantoches de vara são movidos por meio de varas presas ao corpo ou à cabeça. Estes títeres são muito interessantes porque se movimentam em toda a extensão do palco e ao seu nível, graças às varas. Os bonecos ou animais são feitos à semelhança do real. O corpo é estofado com algodão, dando-lhes forma e as roupas caprichosamente confeccionadas.



(1) Fantoches de vara — boneco que movimentamos ao nível do palco.

Bonecos de Sombra⁽²⁾

Estes bonecos consistem em silhuetas feitas em cartolina preta ou outro papel similar. Atrás de cada figura, prende-se uma varinha de madeira e o seu maneio assemelha-se ao dos fantoches de vara.

Os bonecos não ficam, ao contrário dos outros tipos, directamente em contacto com o público, sendo necessário uma tela de papel transparente, atrás da qual eles serão movimentados.

A fim de se obter o contraste imprescindível, usa-se um forte foco de luz, cuja localização merece certo cuidado. Obtém-se óptimos efeitos de luz quando se passa, pelo foco, uma grande tira de papel celofane emendado com diversas cores. Desta forma, para um dia ensolarado, passa-se a faixa amarela.

Quando se deseja realçar objectos ou personagens, deve-se aproximá-los o mais perto possível da tela.

Fantoches em pasta de madeira ou de papel

Para elaborar um fantoche em pasta de papel faz-se uma boneca de tecido ou com um balão para fixar num pau de vassoura. Cortam-se tiras de papel de jornal e molha-se em cola de madeira ou cola em pó e vão-se sobrepondo as tiras umas sobre as outras à volta da boneca de tecido. Moldam-se as feições que se desejam. Acrescentam-se os adereços enquanto a pasta está molhada. Deixa-se secar para poder pintar.

Fantoches de meia tipo soquete

Vira-se o calcanhar de um pé de meia tipo soquete para cima. Corta-se a ponta da meia que irá formar a boca. Num pedaço de fazenda dobrada, preta ou vermelha, corta-se o interior da boca, costurando-a pelo avesso da meia juntamente com a língua e os dentes, ambos confeccionados em feltro.

Adaptação in Teatro de Fantoches na Escola Dinâmica



(2) Os bonecos ficam atrás da tela transparente. A luz fará o contraste.



DOCUMENTO 9

Lengalenga

*Sape gato
lambareiro
tira a mão
do açucareiro
tira a mão
tira o pé
do açúcar
do café*

As pessoas de um modo geral, e as crianças em particular, gostam de cantilenas e lengalengas. O gosto por esta forma de dizer e de cantarolar está muito ligado à motivação profunda que cada pessoa tem para comunicar, para passar à geração seguinte o seu traço fundamental, as suas aquisições, os seus costumes e saberes.

Em todas as culturas, sobretudo nas mais enraizadas em meios rurais, a repetição agradável e melodiosa de palavras simples constituem a primeira escola para os mais pequenos. As palavras, conjugadas em rimas, ora ricas de conteúdo, ora simplesmente brincalhonas, como que dão o mote aos mais velhos para que o fio de ligação inter-gerações e inter-culturas se mantenha através dos séculos. Quem não se lembra do dedo mindinho... do tão badalão... do lagarto pintado... do arre burrinho... cantarolados nos joelhos dos avós e dos pais? Quando se começava nunca mais queríamos que acabasse. Não seria só o jogo de repetição e a sonoridade das palavras que nos encantavam, mas toda a relação de afecto estabelecida com a pessoa que para nós se inclinava.



Usamos muitas cantilenas e lengalengas na relação com as crianças no Jardim de Infância e na Escola. Sabemos pela nossa própria experiência vivenciada enquanto pequenos, que esta forma simples, afectiva e lúdica de comunicar, foi o princípio do nosso aprender a falar, a ler e a escrever. Importa agora que lhe juntemos um traço novo próprio do caminhar dos tempos. Vamos dizê-las, cantá-las e vivê-las com todo o corpo, porque o corpo também fala.



Sugestões para trabalhar uma lengalenga

- Dizer a lengalenga de forma agradável e ensinar a dizer por partes;
- Fazer a divisão silábica com ritmos diferentes;
- Dizer em grupos em forma de jograis;
- Dizer cada um uma palavra, tendo em conta a cadência da lengalenga sem quebras;
- Uma palavra para cada pessoa cantada, a rir, a chorar, etc.;
- Jogos de pergunta e resposta com frases cantadas, em diferido e livre (é importante o espaço para a criatividade);
- Locomoção com três ritmos diferentes;
- Locomoção em grupos, cada qual com ritmo diferente;

Variações

Imaginar o jardim dos apressados, o jardim dos molengões, etc.
Segmentação com a lengalenga — movimentar uma parte do corpo ao ritmo da palavra.
Lengalenga associada ao movimento de todo o corpo e à intensidade da voz.
Escolher frases ou grupo de palavras animadas por um ritmo e uma melodia.
Formar grupos e procurar uma coreografia.

Variações

Dramatizar a lengalenga;
Recriar a lengalenga;
Fazer jogos de associação e inventar novas lengalengas.

Exemplos

*Varre, varre
Vassourinha,
Se varreres bem,
Dou-te um vintém
Se varreres mal
Dou-te um real
Vai-te pôr
Naquele altar!*

*Joaninha voa voa
Que o teu pai foi p'ra Lisboa
Com um saco de farinha
Para dar à Joaninha*



DOCUMENTO 10

Canções

Uma Laranja

O meu pai deu-me uma laranja,
que cheirinho que ela tem.
é redonda e amarela
tenho fome, calha bem.

In histórias cantadas de Ana Maria Ferrão
e Madalena Sá Pessoa. Ed. Plátano.
Direitos Reservados M.E

Com o Vento de Mansinho

A

I

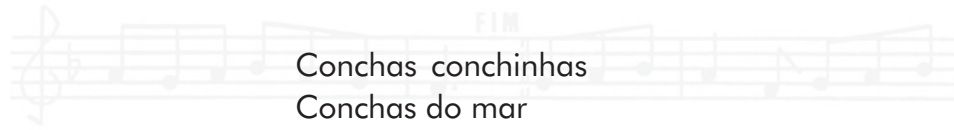
As velas do moinho
Hum-hum, hum-hum (boca fechada)
Com o vento de mansinho
Hum-hum, hum-hum

B

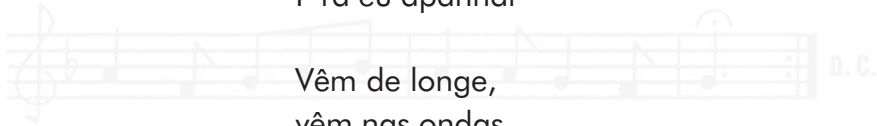
II

Gira gira gira giram,
Viradinhas para o mar.
E as cabaças que as enfeitam,
Nunca param de cantar

In histórias cantadas de Ana Maria Ferrão
e Madalena Sá Pessoa. Ed. Plátano.
Direitos Reservados M.E.



Conchas conchinhas
Conchas do mar
Conchas conchinhas
P'ra eu apanhar



Vêm de longe,
vêm nas ondas.
Ficam na areia
a brilhar.

*In histórias cantadas de Ana Maria Ferrão
e Madalena Sá Pessoa. Ed. Plátano.
Direitos Reservados M.E.*



DOCUMENTO 11

Biblioteca do Animador

Sugestões

- Andersen, Sophia de Mello Breyner, (1985). *A Fada Oriana*. 9.ª edição Ed. Figueirinhas.
- Andersen, Sophia de Mello Breyner, (1985). *A Menina do Mar*. Ed. Figueirinhas.
- Andersen Sophia de Mello Breyner, (...). *O Rapaz de Bronze*. Ed. Figueirinhas.
- Andersen (...), *Os Mais Belos Contos de Andersen*. Versão de Ricardo Alberty. Ed. Verbo.
- Beja, F, Topa, J.M., Madureira, C. (1999). *Jogos e Projectos de Expressão Dramática*. Porto Editora.
- Blois. M.M. e Barros, M. A . F. (1967). *Teatro de Fantoches na Escola Dinâmica*. Ed. Ao Livro Técnico S.A.
- Brandes, D. e Phillips H. (1977). *Manual de Jogos Educativos*. Morais Editores.
- Bach, R.(1972). *Fernão Capelo Gaivota*. Ed. P. Europa América.
- Cabral, A.(1991). *Jogos Populares Infantis*. Editorial Notícias.
- Costa, A. J. e Baganha F. (1989). *O Fantoche que Ajuda a Crescer*. Ed. Asa.
- Exupery, Antoine. (...). — *O Príncipezinho*.
- Ferrão, M. A. Pessoa, S.M. (1983). *Histórias Cantadas*. — colecção Prática Pedagógica. Ed. Plátano.
- Ferreira, C. (...). *Brincar também é poesia*. Plátano Editora.
- Fonseca, A. (1999). *Guia dos Direitos da Criança*. 2.ª Ed revista e actualizada. IAC.
- Gaby, Georgette e Vinenet. (...). *A criança criadora*. Ed. Assirio e Alvim.
- GRIMM. (...). *Os Mais Belos Contos*. Ed. Civilização.
- Lequeux, Paulette. (...). *A Criança Criadora de Espectáculos*. — Ed. Família 2000.
- Lebonici e DiatKine. (1985). *Significado e Função do Brinquedo na Criança*. Ed. Artes Médias.
- Lucinda, Atalaia. (...). *Ler, Ouvir e Contar*.
- Mariotti, M. (1987). *Mãos Animadas*. Ed. Bertrand.
- Mariotti, M. (1987). *ANIMAINS*. Ed. Bertrand.
- M.E. (1988). *Histórias Tradicionais*.
- Redol, Alves. (...). *A Vida Mágica da Sementinha — uma breve história*. Ed. Europa América.
- Redol, Alves.(...). *A Flor Vai Pescar Num Bote*. Ed. Europa América.
- Roberto, J. (...). *Tu és um ser Humano*. Ed. ITAU.
- Soares, L.D. (...). *Poesias e Lengalengas*. Ed. Horizonte.
- Solé, M.B. (1992) *O Jogo Infantil*. IAC.
- Vialle, C. e Guyore — George. H. (1998). *150 Actividades para Crianças*. Edições ASA.



DOCUMENTO 11a

Alguns Livros Aconselháveis para uma Biblioteca em Jardim de Infância

- Andersen, Sophia de Mello Breyner. (1985). *A Fada Oriana*. 9.ª edição Ed. Figueirinhas.
- Andersen, Sophia de Mello Breyner. (1985). *A Menina do Mar*. Ed. Figueirinhas.
- Andrade, E. Resende. J. (1986), *Aquela Nuvem e Outras*. Ed. Asa.
- Araújo. R.M.C. (...). *O Palhaço Verde*. Livros Horizonte.
- Beer, Hans. (...). *A Viagem de Pluma*. Ed. Contexto.
- Barnadas e Kinderley. (1997). *Meninos Iguais a Mim*. Celebrações. Civilização em colaboração com a Unicef.
- Dale, Penn. (1992). *Dez Numa Cama*. Ed. Asa.
- Jenkins, S. (1995). *Ver Brincar e Aprender*. Porto Editora.
- Matoso, M. (...). *Vamos ao Circo*. Ed. Àtila.
- McKee, David. (...). *Elmer*. Ed. Caminho.
- Soares, L. D. e Lucas, S. (1994). *Adivinha, Adivinha*. Livros Horizonte.
- Soares, M. e Bacelar M. (1998). *A Borboleta Leta*. Ed. Afrontamento.
- Torrado, A. (1994). *Histórias Tradicionais Portuguesas Contadas de Novo*. Ed. Civilização.

